

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAFAELA POSSAMAI PADOIN

**AS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS QUE
COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA –
AMREC**

**CRICIÚMA
2013**

RAFAELA POSSAMAI PADOIN

**AS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS QUE
COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA –
AMREC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta

CRICIÚMA

2013

RAFAELA POSSAMAI PADOIN

**AS CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS QUE
COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA –
AMREC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciência Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 28 de novembro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta - (UNESC) - Orientador

Prof. Esp. Clayton Schueroff - (UNESC)

Prof. Esp. Fabrício Machado Miguel - (UNESC)

**Dedico este documento em especial a minha
mãe querida Tânia Maria Possamai Padoin,
a meu pai Joel Padoin, cujo qual tenho
imensa admiração, e a meu excelentíssimo
namorado Dejanir Back Antunes**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao meu orientador Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta, as colegas de graduação Renata Rosso Sartor, Karla Eliane Cremer e Mônica Barreto pelo auxílio prestado perante as dificuldades encontradas.

Agradeço também as empresas que colaboraram durante o processo de confecção deste trabalho, pela oportunidade, confiança e paciência cedidas para a solução dos objetivos propostos.

Não posso deixar de prestar honras a Tânia Maria Possamai Padoin, minha mãe, que despendeu grande parte de seu tempo em auxílio para resolução das atividades. Também ao meu pai Joel Padoin, pela preocupação e atenção que teve em todos os momentos no desenvolvimento deste.

Agradeço muitíssimo ao meu namorado Dejanir Back Antunes, por ter me auxiliado em todas as etapas deste trabalho, sua presença foi fundamental.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos os professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, por proporcionar grande aprendizado durante a formação acadêmica.

“A administração é uma questão de habilidades, e não depende da técnica ou experiência. Mas é preciso antes de tudo saber o que se quer.”

Sócrates

RESUMO

Padoin, Rafaela Possamai. **As Características da Gestão Financeira nas Empresas que Compõem a Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC**. 2013. p. 68. Orientador: Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão do curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC. Criciúma – SC.

Devido o aumento da concorrência empresarial ocorrida nos últimos anos, além de produtos inovadores e serviços diferenciados, a administração financeira baseada em princípios gerenciais e com profissionais aptos, pode definir o sucesso empresarial. Sendo assim, torna-se evidente a necessidade dos administradores das organizações, em conhecer os modelos de gestão que são indispensáveis para o controle global do negócio. Diante disso, o objetivo deste estudo consiste em identificar as características da gestão financeira nas empresas que compõem a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC. Para alcançar tal objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo e quantitativo por meio de questionário do tipo fechado, aplicado a 192 empresas. Os resultados apontaram que os administradores procuram mais segurança no momento de montar um negócio e em 75% das vezes, optam por empresas com natureza jurídica (LTDA). Observa-se que em algumas empresas, a área de gestão financeira conta com indivíduos específicos para desempenhar tal função; já em outras, o proprietário é quem assume o comando da área em conjunto com outras funções, e nestes caso, em sua maioria, os gestores possuem ensino superior completo. Nota-se que elementos ligados à busca pela eficiente gestão financeira organizacional, fazem parte da grande maioria das organizações, pois tais elementos deixam as empresas com melhores controles gerenciais. Por fim, verificou-se que as organizações utilizam instrumentos de controle da área financeira e demonstram preocupações em administrar os investimentos realizados e captar as melhores fontes de recursos para suporte das atividades.

Palavras-chave: Administração Financeira, Associação dos Municípios da Região Carbonífera, Gestão Financeira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Modelo de Funcionamento Comum do Mercado Financeiro.....	30
Figura 2: Municípios Componentes da AMREC (até 09 de Abril de 2013).....	42
Figura 3: Natureza Jurídica	44
Figura 4: Segmento Atuação.....	45
Figura 5: Porte.....	46
Figura 6: Cidades	47
Figura 7: Característica do responsável.....	48
Figura 8: Gênero	49
Figura 9: Escolaridade	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Funções Financeiras	51
Tabela 2: Elementos de Gestão de Contas a Receber	52
Tabela 3: Elementos de Gestão de Contas a Pagar	53
Tabela 4: Elementos de Gestão de Tesouraria	54
Tabela 5: Investimento	56
Tabela 6: Empréstimos	56
Tabela 7: Financiamentos	57
Tabela 8: Fontes de Captação	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	15
2.2 OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	16
2.3 ÁREAS DE DECISÕES FINANCEIRAS.....	17
2.3.1 Investimento	17
2.3.2 Financiamento	18
2.3.3 Dividendos	20
2.4 FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR FINANCEIRO	21
2.5 GESTÃO DE CAIXA.....	22
2.6 GESTÃO DE CONTAS A RECEBER	25
2.7 CONTAS A PAGAR	26
2.8 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	27
2.9 - MERCADO FINANCEIRO	29
2.10 INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO	30
2.10.1 Caderneta de Poupança	30
2.10.2 Renda Fixa	31
2.10.3 Renda Variável	33
2.10.4 Fundos de Investimento	33
2.11 EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO	35
2.11.1 Cheque especial	35
2.11.2 Conta Garantida	35
2.11.3 Desconto de títulos	36
2.11.4 Empréstimos de capital de giro	37
2.11.5 Crédito Direto ao Consumidor	37
2.11.6 Arrendamento Mercantil	38
2.11.7 Fontes de Captação do Mercado Financeiro	39

3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	41
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	41
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	42
3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	43
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	44
4.1 CARACTERÍSTICAS ADMINISTRATIVAS DAS EMPRESAS	44
4.1.1 Natureza jurídica	44
4.1.2 Segmento Atuação	45
4.1.3 Porte	46
4.1.4 Cidades de atuação.....	47
4.2 PERFIL DO RESPONSÁVEL PELO COMANDO DA ÁREA FINANCEIRA	47
4.2.1 Característica do responsável	48
4.2.2 Gênero do responsável.....	48
4.2.3 Nível de escolaridade do responsável.....	49
4.3 ASPECTOS DA GESTÃO FINANCEIRA	50
4.3.1 Funções financeiras.....	51
4.3.2 Elementos de gestão de contas a receber	52
4.3.3 Elementos de gestão de contas a pagar	53
4.3.4 Elementos de gestão de tesouraria	54
4.3.5 Gestão de investimentos	55
4.3.6 Empréstimos.....	56
4.3.7 Financiamentos	57
4.3.8 Fontes de Captação	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXOS	66
ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA	67

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se o tema e problema de pesquisa. Na sequência descrevem-se os objetivos geral e específicos. Por fim, mostra-se a justificativa da pesquisa.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Administrar financeiramente uma empresa não envolve apenas a tomada de decisões referentes ao controle de contas a pagar e a receber, ou mesmo o fluxo de caixa que os mantém sob constante análise, mas sim, avaliar todas as atividades da empresa, desde os custos fixos ou variáveis ligados ao processo fabril, a venda dos produtos, a compra de materiais de expediente e até mesmo a escolha das melhores opções de financiamento e investimento, para que sejam alcançadas as metas estabelecidas pela gestão geral da organização.

Evidentemente, a maximização dos lucros é o objetivo principal de toda organização, mas para que isso possa ser alcançado de maneira eficaz, as funções da administração financeira devem estar sintonizadas. A necessidade de um planejamento das ações para investimento e captação de recursos de curto, médio e longo prazo, além de estudos e implantação dos modelos de crédito e cobrança, controle do fluxo de caixa e gestão das contas a pagar e a receber, fazem parte das funções exercidas pela administração financeira e que visam a criação de um planejamento financeiro estratégico, com foco na gestão contábil da organização e logicamente, no aumento dos lucros dos acionistas.

A divisão das funções financeiras em áreas pré-definidas e que envolvam as etapas ligadas a financiamento, investimento e dividendos, com responsabilidades e metas diferenciadas, facilitam a administração dos recursos da empresa e conseqüentemente o alcance dos objetivos estabelecidos. Embora tenham práticas diferenciadas, estas três áreas devem ter um mesmo propósito, com a utilização de suas ferramentas, avaliar os riscos de investimentos e financiamentos a curto e longo prazo, além das probabilidades e os retornos de dividendos aos sócios/proprietários de maneira regular e maximizada.

Sendo assim, ao conhecer as áreas da administração financeira, o administrador está apto a buscar melhorias nos serviços prestados pela companhia,

além do que, o uso dessas ferramentas é indispensável para o controle administrativo empresarial, pois gera dados eficazes e de fácil interpretação para análise e tomada de decisões.

Destacam-se como principais controles da área financeira: caixa/tesouraria, contas a pagar, contas a receber, planejamento financeiro, investimentos e financiamentos. Tais controles são indispensáveis para uma adequada gestão, pois visam garantir a liquidez dos negócios.

Diante deste contexto tem-se a seguinte questão-problema: Quais são as características da gestão financeira nas empresas que compõe a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para a realização do estudo, foram estipulados os objetivos geral e específicos nas seções a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

A pesquisa terá como objetivo geral investigar as características da gestão financeira nas empresas que compõe a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa consistem em:

1. Identificar as características administrativas das empresas vinculadas à AMREC;
2. Conhecer o perfil do responsável pelo comando da área financeira das organizações;
3. Descrever aspectos da gestão financeira dos empreendimentos pesquisados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Devido ao constante surgimento de empresas de pequeno, médio e grande porte na região da AMREC, nota-se um aumento da concorrência entre as organizações e a necessidade de garantir a sustentabilidade dos negócios; pois todas almejam sucesso e reconhecimento empresarial.

Assim, a administração financeira é um importante instrumento para gerenciar o fluxo de entradas e saídas de recursos, a fim de maximizar os resultados e aumentar o valor da empresa. Uma gestão financeira baseada em princípios gerenciais definidos e com profissionais aptos, pode garantir o sucesso empresarial.

A contribuição prática desse estudo está no levantamento das características da área financeira das organizações, na busca para identificar as funções do administrador, as áreas de decisões e o planejamento financeiro, entre outros, utilizados como ferramentas de gestão no controle do fluxo de caixa das pequenas, médias e grandes empresas, tendo em vista a resolução de possíveis falhas administrativas e distorções de caixa.

Em relação à contribuição social, a implantação das ferramentas de gestão financeira nas empresas, de uma maneira geral, criam estruturas lógicas e organizadas, permitindo que sejam alcançados os objetivos e metas estabelecidos com maior eficiência e rapidez (se implantados de maneira correta no dia-dia empresarial), além de possibilitar o controle das contas a pagar e a receber, que envolve todos os indivíduos de uma sociedade, pois permitem aos mesmos, a análise do quanto, quando e como devem ser distribuídos seus recursos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo apresentam-se os conceitos da administração financeira que englobam: histórico, funções, áreas financeiras, administrador financeiro, controles financeiros e políticas de investimentos e financiamentos.

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A criação de determinada marca ou empresa no mercado, pode ser fruto de um produto diferenciado e inovador, entretanto, o fortalecimento destes, está diretamente ligado às políticas implantadas pela administração financeira, que proporciona análises de cenários diversos.

De acordo com Saito, Savoia e Famá (2006), a administração em seus primórdios era utilizada pelas empresas apenas para auxiliá-las nos períodos de crise, falência ou reestruturação, sem levar em consideração a estrutura organizacional. Porém, com o decorrer do tempo, passou-se a considerar não só os fatores de crise e falência, mas também a estrutura organizacional e os conceitos de economia, acarretando em maior credibilidade e eficiência da administração financeira organizacional.

Horne (1974, p. 59) observa que:

[...] a Administração Financeira abandonou o caráter de um estudo fundamentalmente descritivo, abrangendo uma análise rigorosa e uma teoria normativa; deixou de preocupar-se principalmente com a obtenção de fundos, passando a incluir a administração de ativos, a alocação de capital e a avaliação da firma como um todo; deixou, igualmente de enfatizar a análise externa da empresa, dando maior importância à tomada de decisões em seu âmbito interno. Hoje em dia, podemos caracterizar a Administração Financeira como uma ciência em permanente transformação, sempre com novas ideias e técnicas.

Para Assaf Neto (2007), o campo de atuação da administração financeira é bastante complexo e exige que os responsáveis por este setor invistam no conhecimento técnico, uma vez que deve-se ter uma visão macro não limitando somente as práticas financeiras.

Lemes Jr; Rigo e Cherobim (2010) conceituam a administração financeira como uma ciência capaz de elevar o patrimônio de seus acionistas. Gitman (2004, p. 9), por sua vez, destaca que a administração financeira pode ser considerada ainda

como “um conjunto de atividades que controla as entradas e saídas de recursos nas organizações.”

Para Maximiano (2000, p. 25), a administração financeira pode ser descrita como um:

Processo ou atividade dinâmica, que consiste em tomar decisões sobre objetivos e recursos. O processo de administrar (ou processo administrativo) é inerente a qualquer situação em que haja pessoas utilizando recursos para atingir algum tipo de objetivo. A finalidade última do processo de administrar é garantir a realização de objetivos, por meio da aplicação de recursos.

De maneira geral, a administração financeira “compreende um conjunto de atividades relacionadas com a gestão dos fundos movimentados por todas as áreas da empresa.” (BRAGA, 1989, p. 23).

A responsabilidade da administração financeira, segundo Lemes Jr; Rigo e Cherobim (2010, p. 4), está em atender as seguintes perguntas: “quais investimentos de longo prazo você deve fazer; onde você conseguirá os financiamentos para viabilizar estes investimentos; como você obterá resultados que atendam as exigências dos acionistas.”

Portanto, percebe-se que a administração financeira é um conjunto de atividades que dão suporte para a tomada de decisão; pois é responsável pela entrada e saída de recursos, além de estabelecer políticas gerenciais de curto e longo prazo.

2.2 OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Para evitar confusão entre os objetivos gerais traçados para o futuro da empresa e os objetivos internos da administração financeira, o gestor empresarial deve entender a relação entre eles, já que as metas organizacionais são tomadas a partir do momento em que são alcançados e compreendidos os objetivos da administração financeira.

Sendo assim, para Lemes Jr; Rigo e Cherobim (2010, p. 5), o objetivo da administração financeira é “maximizar o valor atual das ações da empresa. Nesse caso, evidencia-se a necessidade de se tomar decisões que tragam fluxos de caixa futuros positivos”.

Segundo Lima (1975, p. 11), o principal objetivo da administração financeira é:

Manter a empresa em permanente situação de liquidez, como condição básica ao desenvolvimento normal de suas atividades, obter novos recursos para planos de expansão, com base em estudos de viabilidade econômico financeira e a aos menores custos possíveis, assegurar o necessário equilíbrio entre os objetivos de lucro e os de liquidez financeira.

Braga (1989, p. 34) menciona que,

As decisões financeiras são orientadas para o aumento do valor de mercado da empresa. Neste ponto, alguns poderiam supor que a administração financeira teria por objetivo a obtenção do maior lucro dentro do menor prazo possível. A ideia de maximização dos lucros não satisfaz por seu conteúdo imediatista. Na verdade, a meta da administração financeira é a maximização da riqueza dos acionistas que constitui algo mais amplo e profundo do que a maximização dos lucros.

A administração financeira tem por foco três áreas de decisões estratégicas, que são: investimento, financiamento e dividendos. Para Horne (1974, p. 8), “estas decisões devem ser analisadas à luz do objetivo da firma; a combinação ótima das três decisões implicará a maximização do valor da firma, para seus acionistas”.

É imprescindível para a organização compreender cada área de decisão financeira, uma vez que todas devem funcionar em sintonia para maximizar o desempenho organizacional.

2.3 ÁREAS DE DECISÕES FINANCEIRAS

Nesta seção destacam-se as três áreas de decisões financeiras.

2.3.1 Investimento

Devido às oscilações encontradas em todos os tipos de segmentos e mercados, investir em algo diferenciado ou até mesmo já consolidado, é sempre uma decisão difícil para a empresa, entretanto, na busca pela expansão dos lucros e reconhecimento da marca, este é um passo imprescindível e que deve ser tomado através de uma profunda análise do fluxo de caixa, controlado pela administração financeira empresarial.

De acordo com Horne (1974), a decisão de investimento é considerada a mais complexa de todas as decisões financeiras. Pois é a alocação de recursos em alternativas de investimentos que gerarão benefícios futuros. Contudo, se a alternativa não possuir a absoluta certeza de retorno, a decisão tomada poderá ser arriscada.

Para Sanvicente (1987, p. 61), “qualquer pessoa que investir em títulos ou, no caso de uma empresa que invista em linhas de operação, projetos ou participa de mercados diferentes, o risco total assumido depende também da relação entre os retornos das duas diferentes aplicações [...]”.

Segundo Hoji (1999, p. 22), as atividades de investimento correspondem “as contas classificadas no balanço patrimonial, em investimentos temporário e em ativo permanente. Exemplos: compras de maquinaria, integralização de capital de empresas controladas, aplicações financeiras de curto e longo prazos, etc. [...]”

Santos (2001, p. 144) menciona que,

As decisões de investimento são importantes para a empresa porque envolvem valores significativos e geralmente têm um alcance de longo prazo. O objetivo básico da análise de investimento é avaliar uma alternativa de ação ou escolher a mais atrativa entre várias, usando métodos quantitativos.

Groppeli e Nikbakht (2002, p. 7) ressaltam que “é importante que o administradores financeiros adotem uma política de financiamento balanceada, de forma que os investidores tenham segurança de que seus fundos investidos são bem administrados e resguardados.”

As decisões de investimento, normalmente referem-se a decisões de longo prazo, pois esses investimentos têm valores mais significativos e influenciam diretamente nos rendimentos das empresas, além de possuírem mais riscos devido ao longo prazo de retorno.

2.3.2 Financiamento

Desde o nascimento até a consolidação da empresa no seu mercado de atuação, a decisão de financiamento nunca é vista de maneira agradável pelos proprietários, já que a mesma é tomada somente em casos que envolvam a falta de recursos para que seja alcançada determinada meta. Entretanto, não deve ser vista

como uma falha operacional ou de controle financeiro, mas sim, em alguns casos, como uma etapa a ser cumprida para que seja atingido algo maior, como a maximização de recursos ou consolidação da marca a longo prazo.

Segundo Hoji (1999), as atividades de financiamento refletem os efeitos das decisões tomadas sobre a forma de financiamentos das atividades operacionais e de investimentos. Têm-se como exemplos: captação de empréstimos bancários, emissão de debêntures, integralização de capital da empresa, entre outros.

Para Horne (1974, p. 8), nas decisões de financiamento,

O administrador financeiro preocupa-se com a definição da estrutura ótima de capital para sua empresa. Se esta puder alterar seu valor mediante uma simples modificação de sua estrutura de capital, será alcançada uma estrutura financeira ótima quando o preço de mercado da ação for maximizado. A decisão de financiamento deverá levar em conta a composição presente e futura do ativo da firma, pois ela determinará seu risco empresarial, tal como medido pelos investidores. Por sua vez, este risco afetará os custos reais das diversas modalidades de financiamento.

Segundo Sanvicente (1987, p. 127) os financiamentos são classificados como:

Financiamento de curto prazo: São considerados financiamentos de curto prazo aqueles que têm uma maturidade de até um ano. Esse tipo de endividamento destina-se a financiar o capital de giro da empresa. O principal problema da administração dos financiamentos de curto prazo é determinar o prazo de maturidade adequado para as necessidades da empresa. Se o financiamento tiver um prazo maior do que o necessário, acarretará uma perda financeira, já que o excesso será aplicado a taxas bem menores do que seu custo de captação. Financiamentos de longo prazo: As linhas de crédito de longo prazo destinam-se a financiar os investimentos permanentes. Idealmente, essas fontes de recursos financeiros deve ter um cronograma de pagamento compatível com a geração de caixa dos projetos por ela financiados. As fontes de financiamento de longo prazo à disposição das pequenas e médias empresas estão concentradas em diversos organismos governamentais. As instituições financeiras privadas limitam-se a repassar os financiamentos oriundos da poupança financeira estatizada. Isso acontece porque o sistema financeiro privado não capta recursos com o perfil de longo prazo.

Logo, entende-se que as atividades de financiamento decompõem-se em duas opções: curto e longo prazo. Tais opções podem ser captadas por meio de instituições financeiras ou por meio de emissão de títulos próprios da organização. Os financiamentos das empresas baseados no sistema bancário estão sujeitos às taxas do mercado financeiro e também do país, dependendo do tipo de instituição financiadora que pode ser privada, estatal ou cooperativa.

2.3.3 Dividendos

Além dos colaboradores no geral, o administrador/proprietário da empresa, também deve receber remuneração por seu trabalho ou pelo investimento realizado na organização, entretanto, por ser considerado o maior responsável pelo empreendimento, existem outros ônus que podem ser concedidos a ele e que agem como bônus de incentivo, na sua maioria, os lucros de bens, serviços ou ações da empresa, fazem parte deste bônus (conhecido como dividendo), que será distribuído entre os proprietários do empreendimento.

Segundo Lemes Jr; Rigo e Cherobim (2010, p. 340), "dividendo é a distribuição em dinheiro de parte ou de todo lucro auferido pela empresa em um exercício social, ou de saldos de lucros acumulados, aos seus acionistas."

Ross; Westerfiel e Jordan (2000, p. 366) classificam o dividendo como sendo "a repartição de lucros em dinheiro, se os pagamentos forem feitos com outras fontes que não sejam os lucros correntes ou acumulados, utiliza-se o termo distribuições, em vez de dividendos".

É aceitável referir-se à distribuição de lucros como um dividendo e à distribuição de capital como dividendo de liquidação. Mais genericamente, qualquer pagamento direto feito pela empresa aos acionistas pode ser considerado como um dividendo, ou como parte de política de dividendos. (ROSS, WESTERFIELD E JORDAN, 2000, p. 366)

Para Horne (1974), a disposição de liquidação de dividendos esta relacionada com alguns fatores como: percentual dos lucros repartidos entre os acionistas em dinheiro, permanência no tempo, volume total de dividendos, dividendos em ações e a reaquisição de ações pela organização.

Horne (1974, p. 8), ainda observa que "o valor de um dividendo para os investidores, deverá ser confrontado com o custo de oportunidade da perda de lucros retidos como meio de financiamento mediante capital próprio".

Gitman (2004, p. 478) destaca que os dividendos

Consistem em uma fonte de fluxo de caixa para os acionistas e fornecem informações a respeito do desenvolvimento atual e futuro da empresa. Tendo em vista que os lucros retidos, isto é, aqueles não distribuídos como dividendos aos acionistas, representam uma forma de financiamento interno, a decisão sobre os dividendos pode afetar significativamente as exigências do financiamento *externo*. [...].

A distribuição de dividendos é de grande interesse dos investidores, pois é o retorno do capital investido no negócio. Uma política de distribuição regular de dividendos valoriza as ações da empresa.

2.4 FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR FINANCEIRO

Diante do mercado globalizado e competitivo que as empresas atuam nos dias de hoje, definir a função do administrador financeiro em uma ou duas palavras é algo muito difícil.

Em consequência das constantes transformações que ocorrem no mercado, o administrador financeiro é forçado a se adaptar dentro da própria organização e dessa forma, ocupar diversos cargos dentro da empresa, porém, sempre tomando decisões e atuando em funções ligadas a estabilização e maximização dos recursos financeiros.

De acordo com Sanvicente (1987, p. 61), “o administrador financeiro é o indivíduo atua em cargos como diretor financeiro, tesoureiro, controlador, vice-presidente de finanças, gerente financeiro, entre outros nas organizações. Sua função gerir as entradas e saídas de recursos financeiros”.

Para Braga (1989, p. 140), “os administradores da empresa dispõem de grande volume de informações detalhadas que lhes são continuamente transmitidas através do sistema interno de informações gerenciais. A análise de todos esses dados suporta o planejamento e o controle gerencial”.

Souza (2007 apud Santos, Ferreira e Faria, 2009, p. 74), destaca que:

Ao empresário cabe atuar como administrador financeiro, controlando estoques, contabilizando custos, elaborando planilhas para apurar seus resultados, decidindo sobre investimentos, financiamentos e planejando o fluxo de caixa. Quando necessário e possível, o empresário deverá buscar orientação profissional para realização dessas tarefas.

Zdanowicz (2004, p. 29) detalha outras funções do administrador financeiro:

- Manter a empresa em permanente situação de liquidez;
- Maximizar o retorno sobre o investimento realizado;
- Administrar o capital de giro da empresa;
- Avaliar os investimentos realizados [...];
- Estimar o provável custo dos recursos de terceiros a serem captados;
- Analisar as aplicações financeiras mais interessantes para a empresa;

- Informar sobre as condições econômico-financeiras atuais e futuras da empresa;
- Interpretar as demonstrações financeiras da empresa;
- Manter-se atualizado em relação ao mercado e às linhas de créditos oferecidas pelas instituições financeiras.

Horne (1974, p. 3) destaca a evolução do papel do administrador financeiro, sendo que, segundo ele “[...] é muito diferente do que era há quinze anos, e do que será, indubitavelmente, daqui a outros quinze anos [...] O papel desempenhado pelo administrador financeiro, em uma empresa moderna, está sujeito a um processo de permanente transformação”.

De acordo com Assaf Neto (2007, p. 36),

O administrador deve realçar suas estratégias de competitividade, continuidade e crescimento futuro. Em verdade, o administrador financeiro no contexto atual não pode assumir posição menos envolvente de centrar suas preocupações unicamente nos mecanismos de captação de fundos e aplicações na atividade da empresa. Deve gerenciar esses recursos de forma a manter a saúde financeira econômica da empresa e lograr ainda alcançar suas metas estabelecidas.

As funções do administrador também sofreram mudanças ao longo do tempo. Atualmente as atividades desse novo administrador estão ligadas a tomadas de decisões estratégicas de captação, investimentos, e planejamento organizacional com vistas à perpetuidade das organizações.

2.5 GESTÃO DE CAIXA

A gestão de caixa como ferramenta organizacional, permite o controle dos recursos financeiros, que são de extrema importância para o correto funcionamento da empresa, pois permitem não só o diagnóstico das falhas administrativas ou dos recursos que possam estar sendo desviados, mas também a possibilidade da validação de metas de curto e longo prazo, dependendo do modelo de gestão de caixa implantado.

O caixa de uma empresa representa “[...] os valores em moeda, mantidos na tesouraria da empresa ou depositados em conta correntes bancárias, de liquidez imediata e, em sua maior parte, livres para serem usados a qualquer momento”. (LEMES JÚNIOR, RIGO E CHEROBIM; 2010, p. 375).

Para Ross, Westerfield e Jaffe (2007), o termo caixa compreende numa visão econômica papel-moeda, depósitos em conta corrente de bancos comerciais, e cheques não depositados.

Brigham e Ehrhardt (2006) ressaltam que os valores correntes do caixa de uma empresa são baseados na movimentação de dinheiro, de cheques recebidos, e de aplicações de liquidez imediata. Por isso, o orçamento de caixa da organização deve considerar todas as entradas e saídas de recursos que tenham liquidez, num horizonte de tempo que pode ser diário, semanal, mensal ou até mesmo anual.

De acordo com Santos; Ferreira e Faria (2009, p. 76), a gestão de caixa deve existir pelas seguintes razões:

- Obter descontos dos fornecedores, tendo em vista que o custo de não utilizá-los é alto;
- Manter a classificação de crédito, por meio da liquidez corrente e sua liquidez seca alinhadas com as de outras empresas de seu setor;
- Aproveitar oportunidades de negócios favoráveis, como promoções especiais dos fornecedores ou a chance de adquirir outra empresa.
- Enfrentar emergências como greves, incêndios ou campanhas de marketing dos concorrentes e também para suportar quedas sazonais ou cíclicas no nível de atividade.

O Fluxo de Caixa é um importante instrumento para a gestão do caixa. Para Gitman (2004, p. 84), "o fluxo de caixa, o sangue da empresa, é o tema da preocupação básica do administrador financeiro, tanto na gestão das finanças no dia a dia quanto no planejamento e na tomada de decisões estratégicas voltadas para a criação de valor para o acionista".

Para Santos (2001, p. 57), a função do Fluxo de Caixa é "(1) Planejar a contratação de empréstimos e financiamentos; (2) Maximizar o rendimento das aplicações das sobras de caixa; (3) Avaliar o impacto financeiro de variações de custos; (4) avaliar o impacto financeiro de aumento de vendas".

Apresentada as definições de gestão de caixa, observa-se no Quadro 1, para melhor compreensão da estrutura do fluxo de entradas e saídas de recursos, um modelo estrutural de fluxo de caixa implantado nas empresas.

Quadro 1: Modelo estrutural do fluxo de caixa (liquidez diária)

MÊS/ANO	DIA 1		DIA 2		DIA 3		TOTAL	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Saldo inicial de caixa								
Dinheiro								
Cheque pré-datado								
Duplicatas a receber								
Cartão de crédito								
Outros recebimentos								
TOTAL DE ENTRADAS								
Impostos sobre venda								
Pagamento a fornecedores								
Pró-labore								
Salários								
Encargos								
Benefícios								
Água								
Luz								
Telefone fixo								
Telefone celular								
Provedor de internet								
Internet								
Propaganda e Marketing								
Despesas bancárias								
Comissões a vendedores								
Honorários contábeis								
Pagamento de serviços								
Combustíveis								
Despesas com veículos								
Materiais de escritório								
Aluguel								
Condomínio								
Compra de equipamento								
Pagamento de financiamento								
Outras despesas								
TOTAL DE SAÍDAS								
Saldo operacional								
SALDO FINAL								

Fonte: Adaptado de SEBRAE [2013]

O sucesso ou fracasso de uma empresa estão vinculados fortemente ao controle do Fluxo de Caixa. Ele é um instrumento básico e imprescindível para a administração das organizações.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) observam que as políticas de investimento, de vendas, de crédito, de compras e de estoques impactam diretamente o caixa. Logo, o gestor do caixa deve participar das definições das políticas gerenciais, orientando-as, para que não ofereçam problemas de liquidez para a empresa.

Percebe-se que a posição do caixa pode evidenciar a situação financeira da empresa. Por isso, o administrador financeiro deve gerir o caixa conciliando as áreas financeira, administrativa, comercial e de produção, no intuito de garantir a continuidade dos negócios.

2.6 GESTÃO DE CONTAS A RECEBER

A área comercial é vital para as organizações, uma vez que a venda de produtos é essencial para a sobrevivência da organização no ambiente econômico. A relação dessa área com a gestão financeira está no contas a receber de clientes.

Segundo Gama, Moura e Oliveira (2007, p. 7),

O contas a receber são instrumentos gerados pela concessão de crédito das empresas, em função das vendas a prazo. A administração eficiente das Duplicatas a Receber, depende da política de crédito adotada pela empresa que determina a seleção de crédito, padrões, condições de crédito e políticas de cobrança.

Segundo Santos (2001, p. 37) "[...]. Uma boa administração de contas a receber deve incluir, além da execução, as funções de planejamento e controle, para que as vendas pelo crédito comercial proporcionem resultados efetivo."

Lemes Júnior; Rigo e Cherobim (2010) argumenta que a possibilidade de trabalhar com os valores em forma de crédito, pode ocasionar um acréscimo na venda das empresas, uma vez que a necessidade do cliente é instantânea em alguns casos.

Para Santos, Ferreira e Faria (2009, p.75) "[...] a gestão de contas a receber é parte de uma política de crédito e cobrança integrada com as metas de negócios da organização, envolvendo os termos de crédito e negociação de descontos a serem concedidos aos clientes."

Machado e Barreto (2010, p.12) destacam que,

A administração de contas a receber envolve, basicamente, o estabelecimento de uma política de crédito e a análise de sua concessão. A política de crédito consiste em quatro variáveis: período de crédito, padrões de crédito, política de cobrança e desconto [...] A política de cobrança abrange os procedimentos adotados pela empresa para cobrar as contas vencidas, ou seja, toda estratégia da empresa para receber as duplicatas na data do seu vencimento. Os procedimentos básicos utilizados são: carta, telefone, judicialmente, visitas, dentre outros.

De acordo com Santos (2001, p.37) “a cobrança é a principal função operacional de contas a receber. A formulação da política de crédito e o acompanhamento de seus resultados são as funções típicas de planejamento e controle de contas a receber”.

O montante de contas a receber representa o crédito concedido aos clientes, por isso mostra o quanto a organização arrisca de recursos para o financiamento das vendas. A possibilidade de não recebimento desses recursos pode inviabilizar o negócio, portanto o crédito deve ser concedido por meio de análise financeira bem fundamentada.

2.7 CONTAS A PAGAR

O contas a pagar é o crédito oferecido pelos fornecedores para aquisição de mercadorias, serviços, entre outras obrigações com terceiros para pagamento futuro.

Segundo Ross; Westerfield e Jaffe (2007, p. 608), o contas a pagar "representa pagamentos correspondentes à compra de bens ou serviços, tais como matéria-prima. Esses pagamentos geralmente são feitos após as compras.”

Para Wernke (2008, p.178), “a expressão “contas a pagar” representa todos os compromissos da empresa junto a pessoas físicas ou jurídicas, com valor fixado (ou estimulado) e vencimento em data determinada”.

De acordo com Hoji (1999), o contas a pagar estabelece políticas de pagamentos; de controle de adiantamentos, abatimentos e devoluções de mercadorias; movimentação de cobranças bancárias, cobrança em carteira; e autorização de duplicatas para pagamento.

Longenecker; Moore e Petty (1997, p. 327) observam que:

Enquanto houver contas a pagar, a empresa compradora poderá manter dinheiro equivalente ao montante de contas a pagar em sua própria conta-corrente. Entretanto, quando o pagamento é efetuado, a conta de caixa da empresa sofre uma redução correspondente. Embora contas a pagar sejam obrigações legais, elas podem ser pagas em diversos prazos ou podem até mesmo ser renegociadas em alguns casos. Portanto, a administração financeira de contas a pagar depende de negociação e prazos.

Para Sanvicente (1987, p. 151), o contas a pagar refere-se

à possibilidade de utilizar os serviços de fatores de produção (matérias-primas, mão-de-obra, equipamentos e até recursos financeiros) sem contrapartida (isto é, sem pagamento pelo seu uso), até um momento adequado, em que a utilização dos fatores já estiver trazendo rendimentos próprios que permitam remunerar os fornecedores dos seus serviços à empresa.

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (2000, p.100),

As responsabilidades do departamento de contas a pagar podem ser resumidas como segue: 1. Verificação de notas fiscais e outros passivos; 2. Determinação adequada de quais contas podem ser creditadas e debitadas; 3. Manutenção de registros auxiliares (razão auxiliar de contas a pagar ou um sistema de contas a pagar); e 4. Preparação de lançamentos, no diário, que resumam as transações de cada mês.

Somente em casos de extrema urgência, os compromissos de contas a pagar devem remanejados, pois embora esta ferramenta permita certo controle sobre os recursos referentes ao pagamento de bens/serviços, em momento adequado (previamente planejado), no caso de esquecimento ou alteração na data de pagamento, pode acontecer a incidência de encargos e juros sobre o valor inicial do bem/serviço.

2.8 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O planejamento financeiro é um conjunto de ações e metas para alcançar resultados almejados e, assim, fortalecer as chances de sucesso da empresa.

Segundo Gitman (2004, p. 92), o "planejamento financeiro é um aspecto importante das atividades da empresa porque oferece orientação para a direção, a coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para que atinja seus objetivos."

Já para Brealey e Myers (1992, p. 707), o planejamento financeiro é parte de um processo que envolve os seguintes fatores:

- 1 - Análise das opções de financiamento e de investimento de que a empresa dispõe.
- 2 - Projeção das implicações futuras das decisões presentes, de modo a evitar surpresas e a compreender a ligação entre as decisões presentes e futuras.

- 3 - Decisão sobre quais as alternativas a seguir (estas decisões estão incorporadas no plano financeiro final).
- 4 - Avaliação do desempenho posterior em função dos objetivos fixados no plano financeiro.

O planejamento financeiro engloba uma etapa importante denominada de análise de cenário, cujas perspectivas de futuro são levadas em conta nas melhores ou piores hipóteses possíveis, sempre visando à manutenção da empresa em seu ramo de atuação (BREALEY E MYERS, 1992).

Ross; Westerfield e Jaffe (2007, p. 589) sugerem que sejam feitos três cenários:

- 1 - Pior cenário. Esse plano exigiria que fossem feitas as piores suposições possíveis quanto aos produtos da empresa e à situação da economia. Poderia incluir medidas de abandono e liquidação de investimentos.
- 2 - Cenário normal. Esse plano exigiria o uso das suposições mais prováveis a respeito da empresa e da economia.
- 3 - Melhor cenário. Cada divisão da empresa deveria fazer um estudo com base nas hipóteses mais otimistas. Poderia envolver expansão e lançamento de novos produtos.

De acordo com Assaf Neto (2007, p. 37), por meio do planejamento financeiro, “ainda, é possível ao administrador financeiro selecionar, com maior margem de segurança os ativos mais rentáveis e condizentes com os negócios da empresa, de forma a estabelecer mais satisfatória rentabilidade sobre os investimentos”.

Gama, Moura e Oliveira (2007, p. 8) observam que:

Os planejamentos financeiros podem ser estratégicos (á longo prazo) ou operacionais (á curto prazo). Os planejamentos estratégicos direcionam a formulação de planos e orçamento operacionais á curto prazo e fazem parte de um planejamento integrado que, em conjunto com os planos de produção, marketing e outros, utilizam-se de uma série de premissas e objetivos para orientar a empresa a alcançar seus objetivos estratégicos. Os planejamentos operacionais são ações planejadas para um período curto, acompanhadas da previsão de seus reflexos financeiros, tendo como insumos a previsão de vendas de várias formas de dados operacionais e financeiros. Os resultados obtidos são os orçamentos operacionais, o orçamento de caixa e as demonstrações financeiras projetadas.

Embora a diferenciação do produto ou serviço oferecido possa fazer com que as empresas mantenham-se no mercado, o planejamento financeiro pode ser considerado como a ferramenta que aumenta as chances de sucesso da empresa.

Saber onde, quando e quanto investir, não são decisões que devem ser tomadas com base em alguns resultados aleatórios, para tal, utiliza-se a análise do cenário, apresentada como instrumento do planejamento financeiro, que possibilita ainda, ao administrador, informações sobre a concorrência, seus próprios ganhos/perdas e se as metas e objetivos estão sendo alcançados nos períodos.

2.9 - MERCADO FINANCEIRO

A função do mercado financeiro é intermediar grupos que investem capital para acumular rentabilidades ao longo de cenários de curto, médio ou longo prazo; ou ainda grupos que captam recursos para suprir necessidades e/ou ampliar a capacidade operacional.

Para Lima; Lima e Pimentel (2012, p.3), "no primeiro grupo, surge a questão de como aplicar os recursos em excesso, enquanto o segundo grupo preocupa-se em como obter os recursos necessários à viabilização de seus projetos de investimento". As necessidades de ambos os grupos, criam o conjunto de ferramentas chamado de mercado financeiro.

O mercado financeiro é estruturado do seguinte modo: a) Mercado Monetário: operações de curto e curtíssimo prazo que visam rápida liquidez das dívidas das empresas ou pessoas; b) Mercado de Crédito: operações de curto e médio prazo, geralmente ligadas ao capital de giro das organizações; c) Mercado de Capitais: operações de médio e longo prazo, envolvendo as ações empresariais situadas nas bolsas de valores; e d) Mercado Cambial: envolve operações financeiras internacionais (ASSAF NETO, 2007).

Para Lima; Lima e Pimentel (2012), todas as subdivisões de mercado são muito parecidas, pois acontece o envolvimento de empréstimos e financiamentos de curto, médio ou longo prazo, onde os agentes intermediadores e que assumem os riscos das operações de financiamento/empréstimo e pagamento entre os interessados, são os bancos.

Lima; Lima e Pimentel (2012, p. 8) observa ainda, que a intermediação financeira pode ocorrer por:

- Conveniência (facilidade) para transação de recursos;
- Segurança (o intermediador assume o risco);
- Possibilidade de escolha para liquidez de dívida (flexibilidade de prazos);

- Economia de taxas, já que devido a grande movimentação de recursos os intermediadores podem cobrar menores juros e;
- Variabilidade financeira, pois ao atuar com diversos grupos, o banco pode negociar capitais variados para cada necessidade.

Conforme Figura 1, através de um modelo simplificado, é possível alcançar uma melhor compreensão do funcionamento do mercado financeiro.

Figura 1: Modelo de Funcionamento Comum do Mercado Financeiro



Fonte: Lima; Lima e Pimentel (2012, p.4).

As instituições financeiras podem realizar operações ativas e passivas. As operações ativas são aquelas em que a instituição empresta recursos aos seus clientes (empréstimos/financiamento). Nas operações passivas o banco recebe recursos de seus clientes tendo que devolvê-los no futuro (investimentos).

2.10 INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO

No mercado financeiro existem diversas modalidades de investimentos. Cada modalidade atende as expectativas do investidor no que tange a rentabilidade, prazos, tarifas e risco. Na sequência destacam-se as principais modalidades de investimentos.

2.10.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança pode ser considerada como a mais simples aplicação financeira por aceitar pequenos valores e possuir liquidez.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 82),

A caderneta de poupança é essencialmente uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora [...] e de baixa remuneração,

comparativamente a outros tipos de ativos no mercado. Tem como vantagem ao aplicador, ainda, a isenção do Imposto de Renda.

Lima; Lima e Pimentel (2012, p.18) observam que a caderneta de poupança possui como vantagens as seguintes características: "[...] as instituições bancárias não podem cobrar tarifas de manutenção da conta poupança e os recursos têm liquidez imediata (podem ser resgatados a qualquer momento)".

Para Wernke (2008, p. 73),

Caracteriza-se por ser um depósito remunerado em conta poupança para o qual é permitida a livre movimentação [...] em termos de rendimento, a caderneta de poupança tem remuneração de 0,5% ao mês, mais a variação da Taxa Referencial (TR), sendo a taxa total fixada diariamente pelo Banco Central.

Os valores investidos e retirados com intervalo menor que 30 dias, não recebem remuneração, pois esta forma de aplicação credita rendimentos a cada aniversário (dia do mês referente ao depósito).

Por ter suas regras definidas pelo Banco Central e estar atrelada a Taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, mais conhecida como Taxa Básica de juros e a TR - Taxa Referencial, alguns investidores poderão ter seus capitais retornados com juros abaixo da inflação, o que gera descontentamento com esta modalidade de investimento.

2.10.2 Renda Fixa

Os investimentos em renda fixa são baseados em títulos (certificados, recibos, letras, notas, entre outros) emitidos por instituições financeiras, empresas e governo. O investidor compra esses títulos no intuito de receber juros periódicos ou determinada quantia de recursos ao final do prazo de emissão.

De acordo com Farias (2002, p. 208), "são chamados títulos de renda fixa todos os títulos, públicos ou privados, com rendimentos finais e periódicos, estabelecidos por regras pré-determinadas, sendo o prazo mínimo permitido de 30 dias".

Para Wernke (2008, p. 71), "os títulos de renda fixa se caracterizam por terem sua remuneração contratada previamente para o período de vigência. Esse

rendimento pode ser definido quando da aplicação ou determinado no prazo de resgate do título”.

O Quadro 2, demonstra os principais tipos de investimentos em de renda fixa.

Quadro 2: Principais tipos de Renda Fixa

Principais tipos De renda fixa	Conceito
Certificado de Depósito Bancário - CDB	O CDB, como é chamado no mercado financeiro, é uma promessa de pagamento à ordem, da importância depositada acrescida do valor da remuneração convencionada (TOSI, 2003, p.247). Título emitido pelos bancos comerciais, de investimento e desenvolvimento para captação de recursos. Trata-se de depósito a prazo fixo por trinta ou mais dias, podendo ser transferível mediante endosso e tendo rendimentos pré ou pós-fixados. O prazo mínimo de aplicação é de trinta dias (FARIAS, 2002, p. 208).
Recibo de Depósito Bancário - RDB	Possui as mesmas características do do Certificado de Depósito Bancário (CDB), com a exceção de ser um título nominativo intransferível e escritural, ou seja, não pode ser transferido ou resgatado antes do vencimento (TOSI, 2003, p.292). Título emitido pelos bancos comerciais e de investimentos para captação de recursos. Depósito a prazo fixo por trinta ou mais dias, sendo nominal e intransferível e podendo ter rendimentos pré ou pós-fixados. O prazo mínimo de aplicação de trinta dias (FARIAS, 2002, p. 209).
Letra de Câmbio - LC	A Letra de Câmbio é um título de crédito nominativo e transferível, pelo qual o emitente (sacador) concede ao aceitante (sacado) ordem de pagar; ao tomador (beneficiário), determina quantia, no tempo e no lugar fixados no cambial (TOSI, 2003, p.293). Título emitido pelas financeiras para captação de recursos. Depósito a prazo fixo por trinta ou mais dias, podendo ser transferível e com rendimentos pré ou pós-fixados. O prazo mínimo de aplicação é de trinta dias (FARIAS, 2002, p. 209).
Títulos Públicos	Os títulos públicos são lançados no mercado para fins de política monetária, para captação de recursos com vista na cobertura do déficit orçamentário, para realização de operações de antecipação de receitas orçamentárias etc. (MERCHEDÉ, 2001, p. 360). Essencialmente, os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional estão voltados para a execução da política fiscal, antecipando receitas ou financiando déficits fiscais. Os títulos emitidos pelo Banco Central têm por objetivo principal a implementação e a execução da política monetária do governo (SAMANEZ, 2010, p.81).

Fonte: Autores citados

As aplicações de renda fixa sofrem influência do mercado, portanto tendem a pagar juros atrelados ao custo do dinheiro entre bancos e os juros básicos da economia determinados pelo governo.

2.10.3 Renda Variável

Os investimentos em renda variável concentram-se, principalmente, em ações. Nesses investimentos têm-se um maior risco; porém a longo prazo tendem a gerar maior retorno.

Para Wernke (2008, p. 83), “as ações são títulos que representam a participação dos sócios (motivo pelo qual estes também são chamados de acionistas) no capital de uma empresa constituída sob a forma jurídica de “Sociedade Anônima” (S.A.)”. O autor apresenta os principais tipos de ações existentes, sendo elas:

Ações Ordinárias (ON): a propriedade deste tipo de ação dá ao seu titular o direito a voto na Assembleia de Acionistas das empresas, ou seja, concede o poder de voto nas reuniões que determinam os investimentos, elegem os diretores, aprovam as demonstrações contábeis, entre outras decisões relevantes. Ações Preferenciais (PN): estas ações concedem preferência aos acionistas no pagamento de dividendos (parcela dos lucros obtidos) ou no reembolso do capital em caso de dissolução da companhia.

De acordo com Milone (2006, p. 201), “[...] se entende *renda variável* como uma sequência de valores monetários que mudam ao longo do tempo, de modo aleatório ou de acordo com um critério qualquer”.

Segundo Lima Lima e Pimentel (2012, p.5), as operações de renda variável são:

Efetuadas diretamente entre poupadores e tomadores, de modo que a instituição financeira não atua, em regra, como parte na operação, mas como interveniente, e cobra uma comissão por facilitar a realização dos negócios.

Nos investimentos em renda variável não existe a possibilidade de cálculo do valor futuro da remuneração, pois o capital pode variar positivamente ou negativamente, uma vez que depende das oscilações do ambiente econômico.

2.10.4 Fundos de Investimento

Fundos de investimentos é um conjunto de capital formado por investidores que visam maior rentabilidade e segurança. Nesses fundos aplicam-se

recursos em títulos privados e públicos; e assim, os investidores ficam com direitos de quotas de participação.

Para Assaf Neto (2007, p. 267), “os fundos, por se apresentarem como forma coletiva de aplicação de recursos, trazem vantagens, sobretudo ao pequeno investidor com baixo volume individual de capital disponível para aplicação financeira”.

Fortuna (2005, p. 451) ressalta que,

O segredo dos Fundos de Investimento é a ideia do condomínio - a aplicação em conjunto -, ou seja, embora os aplicadores tenham o direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, isto é, sempre fica uma grande soma disponível, que pode ser aplicada em títulos mais rentáveis.

De acordo com Tosi (2003), os fundos de investimento podem ser divididos em dois grupos: Fundo de renda fixa – não permite ter mais que 49% do total de seu patrimônio líquido investido em ações. E, Fundo de renda variável – composto por um mínimo de 51% em ações de envio de corporações com registro na CVM.

Assaf Neto (2007, p. 269) destaca que,

Há dois grandes grupos de Fundos de Investimentos: *renda fixa* e *renda variável*. Os Fundos de *renda fixa* são constituídos por investimentos em ativos de renda fixa. De acordo com a Associação Nacional de Bancos de Investimento (Anbid), os Fundos de renda fixa podem ser referenciados, não referenciados e genéricos [...]. Os Fundos de Investimento de *renda variável* (Fundo de Ações) mesclam em sua carteira ações (no mínimo 5% de seu patrimônio) e outros ativos, inclusive derivativos. São mais agressivos, apresentando maior risco e rentabilidade esperada. Podem ser agrupados em três categorias: Fundos passivos, Fundos ativos e Fundos setoriais.

De uma maneira geral, garantir que seus recursos sejam mantidos ou até mesmo tenham seus valores acrescidos, é o objetivo de todo indivíduo, seja ele investidor ou não. Em alguns casos, os lucros individuais, embora pareçam elevados, são menores do que os lucros coletivos, já que a rentabilidade dos recursos depende da quantidade investida, principalmente tratando-se de participação em cotas, por isso (além da segurança cooperativa oferecida), a busca pela opção de fundos de investimento tem crescido nos últimos anos.

2.11 EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro oferece várias modalidades de empréstimos/financiamentos. Cada modalidade atende as expectativas do tomador de recursos de acordo com custos de capitação, prazos, tarifas e garantias. Na sequência destacam-se as principais modalidades de empréstimos/financiamentos.

2.11.1 Cheque especial

O cheque especial é uma modalidade em que os captadores de recursos utilizam um limite de crédito pré-estabelecido na conta corrente.

De acordo com Assaf Netto (2007, p. 74),

O cheque é especial quando concede ao seu titular um limite de crédito para saque, utilizável quando não apresentar fundos em sua conta. O cheque especial é concedido mediante a assinatura de um contrato de abertura de crédito, em que são definidos o limite de crédito, prazo de contrato, taxa de juros cobrada sobre o saldo devedor, etc.

Para Lima; Lima e Pimentel (2012), o cheque especial deve ser usado em casos de extrema necessidade, quando o capital de giro realmente não pode cobrir a dívida. A quitação do cheque especial com o intermediador deve ocorrer o mais rápido possível, pois essa forma de financiamento ofertada pelos bancos possui normalmente as maiores taxas de juro do mercado.

2.11.2 Conta Garantida

A conta garantida é parecida com a operação do cheque especial, pois é uma conta bancária com limite de crédito, mas com o oferecimento de garantias para acesso aos recursos.

Para Assaf Neto (2007, p.71), conta garantida,

Equivale à abertura de uma conta com um limite de crédito garantido pela instituição bancária. O mutuário da operação saca fundos até o limite contratado para saldar suas necessidades mais imediatas de caixa. As contas garantidas são movimentadas geralmente mediante cheques, podendo ocorrer depósitos para cobrir (ou reduzir) o saldo devedor existente [...].

Segundo Samanez (2010, p. 87), “a conta garantida pode ser vista como uma espécie de cheque especial para pessoas jurídicas. Normalmente é uma conta vinculada à conta da empresa”.

De acordo com Fortuna (2005, p.185), “abre-se uma conta de crédito (conta garantida) com um valor-limite que normalmente é movimentada diretamente pelos cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta corrente de movimentação”.

Deve-se ressaltar que a conta garantida não pode ser considerada como conta corrente de uma empresa, já que aquela deverá apenas ser usada para cobrir alguns gastos quando não existe saldo suficiente na conta corrente da empresa.

2.11.3 Desconto de títulos

As operações com descontos de títulos referem-se a antecipação de recursos mediante a entrega de recebíveis futuros como duplicatas, cheques e notas promissórias.

Segundo Fortuna (2005, p.186), descontos de títulos “é o adiantamento de recursos aos clientes, feito pelo banco, sobre valores referenciados em duplicatas de cobrança ou notas promissórias, para antecipar o fluxo de caixa do cliente”.

Assaf Neto (2007, p.70) observa,

Se o credor de uma duplicata, cujo vencimento se dará em alguma data futura, necessitar de dinheiro, poderá negociá-la junto a um banco, isto é, receber a vista o valor de seu crédito mediante o pagamento de alguma compensação financeira. O valor liberado ao tomador é inferior ao valor nominal (valor de resgate) dos títulos, em razão da cobrança antecipada dos encargos financeiros, caracterizando assim a operação de desconto bancário.

Dessa forma, os descontos de títulos classificam-se como empréstimos de curto prazo e embora sejam atrativos para cobrir possíveis rombos no caixa, devem, como no caso de empréstimos e financiamentos, demandarem os menores recursos possíveis, devido à cobrança de encargos e juros incidentes sobre as transações e que são baseadas nos valores envolvidos.

2.11.4 Empréstimos de capital de giro

Os empréstimos de capital de giro "são as operações tradicionais de empréstimo vinculadas a um contrato específico que estabeleça prazos, taxas, valores e garantias necessárias e que atendem às necessidades de capital de giro das empresas" (FORTUNA, 2005, p. 187).

As operações de capital de giro, segundo Assaf Neto (2007, p. 76),

Visam suprir as necessidades de recursos do ativo circulante (capital de giro) das empresas. As operações são realizadas geralmente dentro de um prazo de resgate de 6 a 24 meses, e os pagamentos podem ser realizados de uma única vez (ao final do prazo) ou em prestações periódicas (mensais, trimestrais, etc.). As garantias exigidas são normalmente duplicatas, avais ou hipoteca de ativos reais.

A finalidade dos empréstimos de capital de giro, é oferecer as empresas recursos financeiros para manutenção das atividades operacionais e assim, garantir que os compromissos assumidos sejam quitados sem atrasos.

2.11.5 Crédito Direto ao Consumidor

As operações financeiras por meio de Crédito Direto ao Consumidor - CDC visa o financiamento de bens materiais tais como eletrodomésticos, eletrônicos, veículos, etc.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 72), CDC é:

Uma operação tipicamente destinada a financiar aquisições de bens e serviços por consumidores ou usuários finais. A concessão do crédito é efetuada por uma sociedade financeira, e a garantia usual da operação é a alienação fiduciária do bem objeto do financiamento.

Para Fortuna (2005, p.191), o Crédito Direto ao Consumidor "é o financiamento concedido por uma Financeira para aquisição de bens e serviços por seus clientes. Sua maior utilização é, normalmente, para a aquisição de veículos e eletrodomésticos".

De acordo com Merchede (2001, p. 375), CDC "é uma operação de financiamento ao consumidor ou usuário final para aquisição de bens e serviços,

concedido pelas financeiras, que são sociedades de crédito, financiamento e investimento”.

No CDC, o bem financiado fica como garantia para instituição financeira, caso o cliente não quite a dívida o bem pode ser recuperado pelo financiador.

2.11.6 Arrendamento Mercantil

O arrendamento mercantil ou *leasing* é uma operação financeira em que o arrendatário pode utilizar o bem sem ter a efetiva propriedade. Nessa modalidade, o bem é de propriedade do arrendador até a liquidação da dívida e do valor residual do bem.

Assaf Neto (2007, p.77) observa que,

Basicamente, essa modalidade é praticada mediante a celebração de um contrato de arrendamento (aluguel) efetuado entre um cliente (arrendatário) e uma sociedade de arrendamento mercantil (arrendadora), visando à utilização, por parte do primeiro, de certo bem durante um prazo determinado, cujo pagamento é efetuado em forma de aluguel (arrendamento).

De acordo com Wernke (2008, p. 159), “o *leasing* (também conhecido no Brasil por “arrendamento mercantil”) é um acordo contratual em que uma empresa concede a outra empresa (ou pessoa física), por período específico, o direito de usar e obter receita com bens de sua propriedade”.

Segundo Fortuna (2005, p.281), "o *leasing* é, portanto, uma forma de ter sem comprar, seguindo o princípio de que o lucro vem da utilização do bem e não de sua propriedade".

Para Merchede (2001, p. 389), “trata-se de uma operação por meio da qual uma empresa, em vez de adquirir, com recursos próprios ou por meio de financiamento, um equipamento ou outro ativo fixo de que necessite, simplesmente aluga-o de outra empresa especializada”.

Fortuna (2005) ainda enumera algumas das vantagens dessa operação financeira: (1) financiamento total do bem; (2) liberação do capital de giro; (3) atualização dos equipamentos durante a vigência dos contratos; (4) prazo da operação compatível com a vida econômica do bem; (5) flexibilidade nos prazos de vencimento.

Como o bem é de propriedade do arrendador, geralmente, as taxas de juros são menores em relação às outras operações financeiras.

2.11.7 Fontes de Captação do Mercado Financeiro

Através do envolvimento de uma instituição financeira (comumente conhecida como banco), e suas ferramentas de manipulação e transação monetária, as empresas podem alterar externamente as fontes de captação de recursos.

Os bancos, são organismos pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, e de acordo com Pacheco (2005, p. 14) este “é um conjunto de instituições que atuam no processo de conciliar interesses de agentes deficitários e superavitários e de converter poupança em investimento”.

Algumas das principais estruturas que formam o Sistema Financeiro Nacional são: Bancos de Investimento, Bancos Cooperativos, Sociedade de Arrendamento Mercantil, Sociedades de Crédito e em destaque os Bancos de Desenvolvimento, Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos.

Os *Bancos de Desenvolvimento* são instituições financeiras controladas pelo Estado, entretanto, o principal e mais conhecido no mercado financeiro e que atua em todo território nacional, é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que para Silva (2008, p. 18) responde: “[...] pela política de investimentos a longo prazo, visando ao desenvolvimento econômico e social do país, o fortalecimento da empresa nacional e criação de pólos de produção, entre outras funções”.

Já os *Bancos Comerciais*, de acordo com Fortuna (2005, p 28) tem como objetivo “[...] proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto prazo e médio prazo pessoas jurídicas e físicas [...]”. Ou ainda, Conforme Pinheiro (2002, p.65) “os bancos comerciais são as principais instituições financeiras destinadas a atender financiamentos de curto prazo para indústria, o comércio e o público em geral”.

Com relação aos *Bancos Múltiplos*, Silva (2008, p.20) afirma que,

A criação dos bancos múltiplos teve por finalidade a racionalização das estruturas administrativas e comerciais das instituições financeiras, possibilitando que uma única entidade (o banco múltiplo) possa desenvolver operações em diversas carteiras que antes envolveriam diversas empresas.

A criação do modelo "Banco Múltiplo", possibilitou que várias operações fossem realizadas em uma mesma instituição, permitindo também, que diversos bancos comerciais operassem como múltiplos, já que poderiam atuar em outras plataformas através dessa denominação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo discorre-se sobre o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos de coleta dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo consiste em um trabalho científico para atingir os objetivos da pesquisa, observando os enquadramentos metodológicos que são: descritivo, qualitativo, quantitativo e de levantamento.

Quanto aos objetivos da pesquisa, o trabalho configura-se como descritivo, pois descreve as características da área financeira das empresas da região da AMREC. Segundo Martins Jr. (2008, p. 83), “a pesquisa descritiva visa descobrir e observar fenômenos existentes, situações presentes e eventos, procurando descrevê-los, classifica-los, compará-los, interpretá-los, com o objetivo de aclarar situações para idealizar futuros planos e decisões”.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, uma vez que busca compreender, relacionar e mensurar dados referente as características da área financeira das empresas investigadas. Segundo Martins Jr. (2008, p. 132), a pesquisa qualitativa “é a descrição dos dados obtidos através de instrumentos de coleta dos dados, tais como: entrevistas, observações, descrição e relatos. Consiste em buscar a compreensão particular daquilo que se esta investigando, não se preocupando com generalizações, principio e leis”. Já a pesquisa quantitativa “é a quantificação dos resultados provenientes da coleta dos dados sob a forma de símbolos matemáticos e/ou estatísticos. Para isso, são necessários dois procedimentos: a tabulação dos dados e sua representação sob a forma de tabelas ou gráficos”. (MARTINS JR. 2008, p. 128).

A natureza da pesquisa é do tipo levantamento ou survey, pois se investiga certa quantidade de empresas para compreender aspectos da gestão financeira. Segundo Pinheiro (2010, p. 23), o levantamento “ocorre quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Quanto aos procedimento de coleta, a pesquisa utilizou questionário do tipo fechado para coleta nas empresa da AMREC. Segundo Richardson (1999, p.

189), “os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo”.

Com a utilização de tais enquadramentos metodológicos, objetiva-se investigar as características da gestão financeira nas empresas que compõe a Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Fundada em 25 de Abril de 1983 e com a participação inicial de sete cidades, a AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera), tem, atualmente como objetivos principais: ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios e, promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental. Até 09 de Abril de 2013, a AMREC contava com 11 municípios, quando a partir de então, o município de Balneário Rincão passou a fazer parte da associação. (AMREC, 2013)

A Figura 2 mostra a localização da AMREC no Estado de Santa Catarina e a configuração dos municípios que faziam parte da associação até 09 de Abril de 2013.

Figura 2: Municípios Componentes da AMREC (até 09 de Abril de 2013)



Fonte: AMREC [2012]

As empresas da região atuam basicamente em setores ligados a mineração de carvão, cerâmico, metal-mecânico, químico, e de confecção (GOULART FILHO, 2004).

3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados ocorreu após a elaboração de um questionário (Anexo A), nos moldes de uma entrevista, e teve início no segundo semestre de 2012 e término no segundo semestre de 2013. As empresas investigadas foram escolhidas em caráter intencional, devido à acessibilidade dos dados aos colaboradores da pesquisa.

A população da pesquisa é composta por 192 empresas localizadas nos municípios da AMREC.

Os dados foram tabulados no Software *Microsoft Excel* para a geração de tabelas e gráficos das características da área financeira das empresas da região.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa realizada conforme os objetivos específicos estipulados, que são: 1) características administrativas das empresas, 2) perfil do responsável pelo comando da área financeira, e 3) aspectos da gestão financeira dos empreendimentos pesquisados

4.1 CARACTERÍSTICAS ADMINISTRATIVAS DAS EMPRESAS

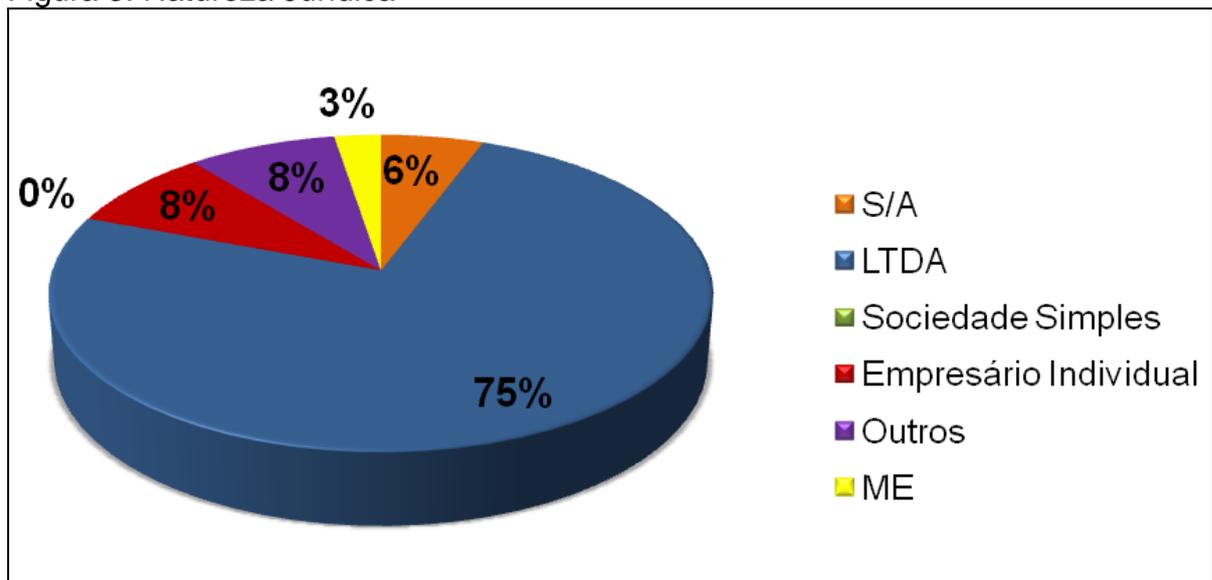
Nessa seção são apresentadas as características das empresas quanto à: natureza jurídica, segmento atuação e porte.

4.1.1 Natureza jurídica

As empresas foram classificadas de acordo com as seguintes naturezas jurídicas: S.A., Ltda., Sociedade Simples, Empresário Individual, Microempresa e Outros tipos.

A Figura 3 apresenta a natureza jurídica das empresas analisadas.

Figura 3: Natureza Jurídica



Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria das empresas pesquisadas (75%) é considerada Sociedade Ltda. Seguido das modalidades: Empresário Individual e Outros com proporção de

8,33%. O resultado mostra que os empreendedores procuram mais segurança no momento de montar um negócio, pois preferem compartilhar a gestão da empresa com sócios, proteger o patrimônio pessoal e utilizar os benefícios da legislação para as empresas de sociedade Ltda, tais como: custo de abertura inferior ao da sociedade anônima, apresenta estrutura financeira mais enxuta e principalmente, pode beneficiar-se das vantagens do programa SIMPLES Nacional (regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido para algumas atividades).

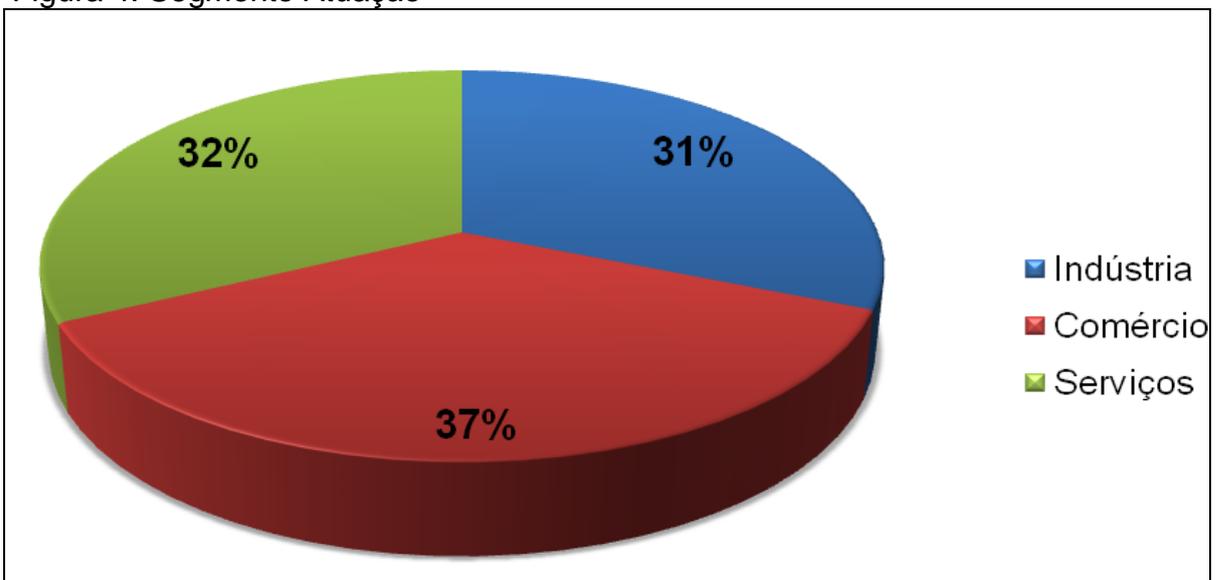
4.1.2 Segmento Atuação

Quando um empreendedor decide pela abertura de uma empresa, a escolha do produto oferecido ao cliente obviamente é um fator de considerável relevância, já que a segmentação de mercado a ser adotada, depende do produto ou serviço que será ofertado.

Dessa forma, para elaboração da pesquisa, as empresas foram classificadas de acordo com os seguintes segmentos econômicos: indústria, comércio e serviços.

A figura 4 apresenta os segmentos econômicos de atuação das empresas pesquisadas.

Figura 4: Segmento Atuação



Fonte: Elaborado pelo autor

Da população investigada, 70 empresas (36,46%) atuam no comércio, 62 empresas (32,29%) como prestadoras de serviço e 60 (31,25%) empresas na indústria. Percebe-se uma distribuição equilibrada entre os segmentos econômicos da região. Isso mostra que a região permite a diversificação de empreendimentos para atender a demanda do ambiente econômico.

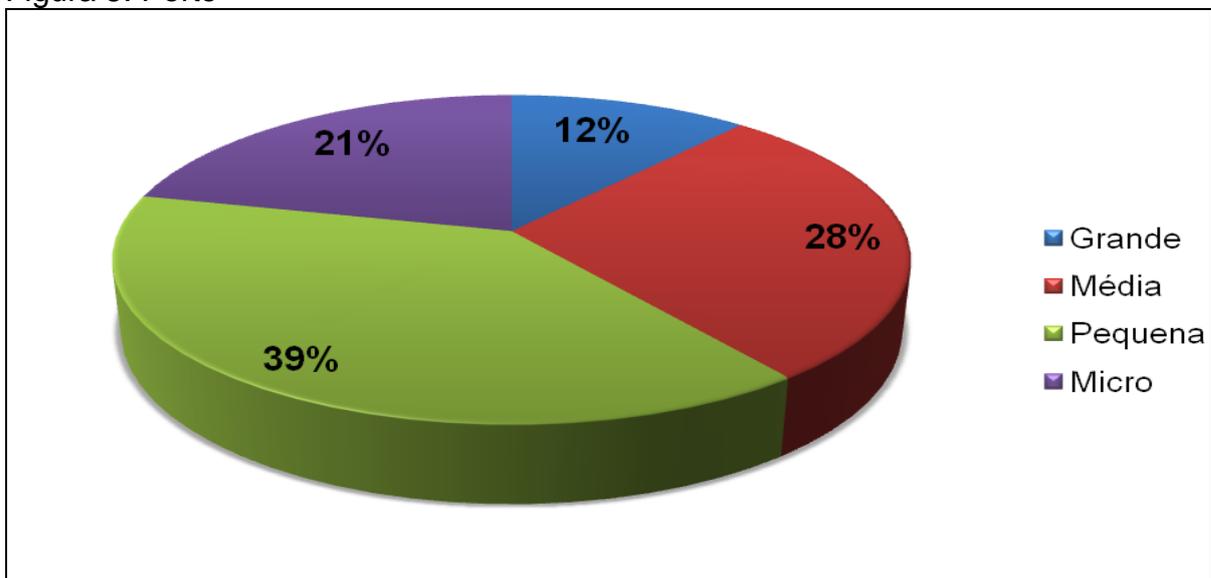
4.1.3 Porte

A quantidade de empregados e principalmente o faturamento da empresa, são fatores determinantes para caracterizar o seu tamanho, comumente conhecido como porte.

Para elaboração da pesquisa, as empresas foram classificadas de acordo com os seguintes portes: grande, médio, pequeno e micro.

A figura 5 evidencia o porte das empresas investigadas.

Figura 5: Porte



Fonte: Elaborado pelo autor

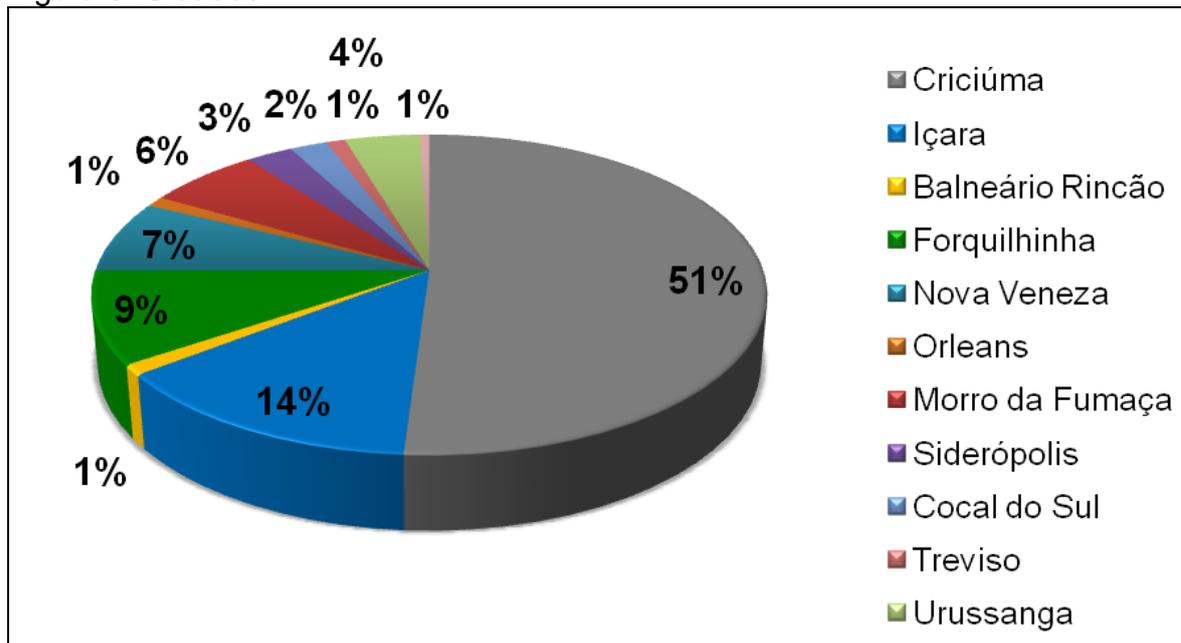
Grande parte das empresas é de pequeno porte (39,06%), seguido das empresas de médio porte (28,12%). Apenas (11,46%) podem ser consideradas empresas de grande porte. Logo, muitos negócios por serem considerados como micro e pequenas empresas, têm faturamento de até R\$ 3.600.000,00 ao ano, conforme a Lei Complementar n. 139 de 14 de dezembro de 2011.

4.1.4 Cidades de atuação

As empresas foram classificadas conforme a localização nos 11 municípios da AMREC.

A figura 6 exibe a localização das empresas nas cidades pertencentes à AMREC.

Figura 6: Cidades



Fonte: Elaborado pelo autor

As empresas pesquisadas estão localizadas principalmente nas cidades de: Criciúma (51,04%), Içara (13,54%), Forquilhinha (9,37%) e Nova Veneza (7,29%).

É possível compreender então, que devido a maior especulação de investimentos e giro de recursos, estas cidades tornaram-se atrativas na visão dos empreendedores.

4.2 PERFIL DO RESPONSÁVEL PELO COMANDO DA ÁREA FINANCEIRA

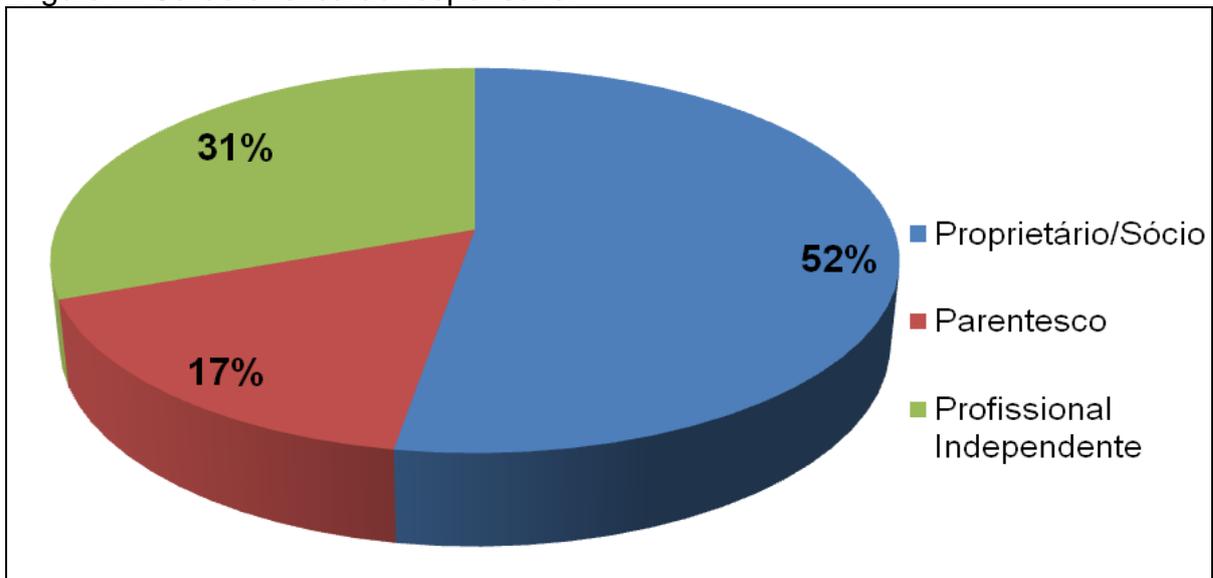
Nessa seção são evidenciados o perfil dos responsáveis pela área financeira, tais como: característica, gênero, escolaridade e responsável majoritário.

4.2.1 Característica do responsável

Os responsáveis foram classificados como: proprietário/sócio, com grau de parentesco e profissional independente.

A figura 7 apresenta as características encontradas nas empresas pesquisadas.

Figura 7: Característica do responsável



Fonte: Elaborado pelo autor

Na maioria das empresas é o proprietário/sócio (52,60%) que administra a área financeira, deve-se a isso, o fato de grande parte das empresas ser de pequeno e médio porte. Logo, os proprietários assumem a gestão da área financeira em conjunto com as demais funções gerenciais.

Nota-se também, uma parcela significativa de profissionais independentes (31,20%), sem grau de parentesco, no comando da gestão financeira com destaque nas empresas de grande porte.

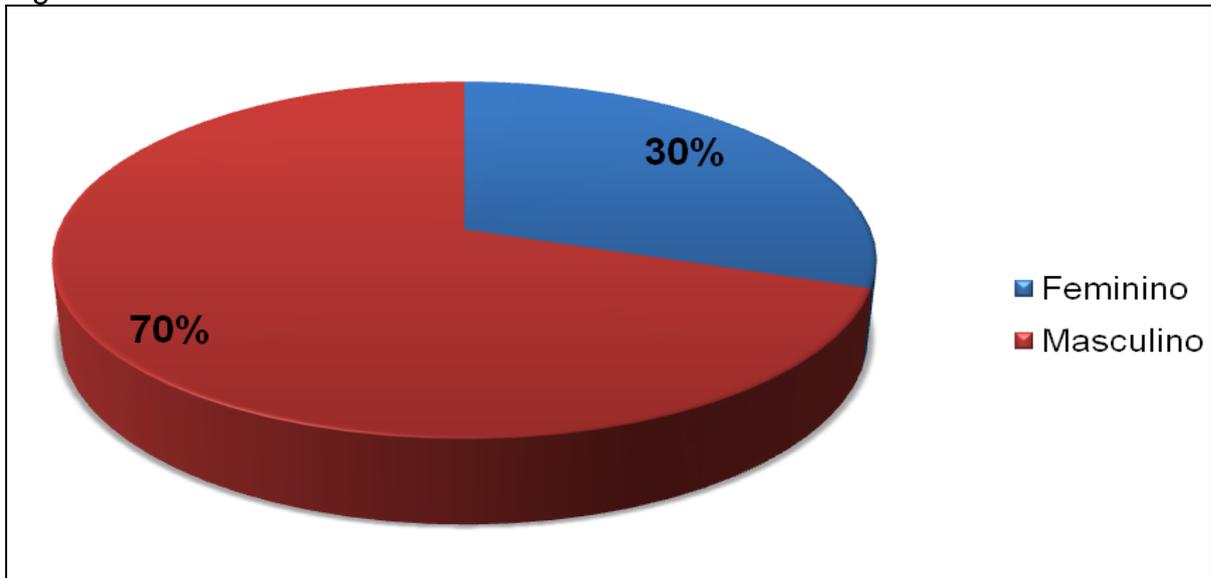
4.2.2 Gênero do responsável

Qualquer pessoa apta para realizar determinada função, poderá exercê-la, independentemente do gênero, pois entende-se que a capacidade de raciocínio não depende do sexo da pessoa, mas sim: do seu interesse em aprender, por questões de natureza biológica ou até mesmo por facilidade na tomada de decisões.

Entretanto, tem-se a necessidade de identificar os responsáveis através da classificação de gênero, para compreensão do perfil do administrador.

Dessa forma, a figura 8 revela o gênero do responsável pela área financeira das empresas pesquisadas.

Figura 8:Gênero



Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se que entre os responsáveis pela área financeira, 134 pessoas (69,79%) são do gênero masculino, enquanto 58 pessoas (30,21%) são do gênero feminino. Nota-se, que na região, os homens estão no comando da área financeira.

Infere-se que isso ocorra devido à grande parte da área financeira ser administrada pelos proprietários ou sócios, os quais são os empreendedores dos negócios e normalmente os provedores da família, ainda em sua grande maioria homens, devido a cultura trazida desde os primórdios.

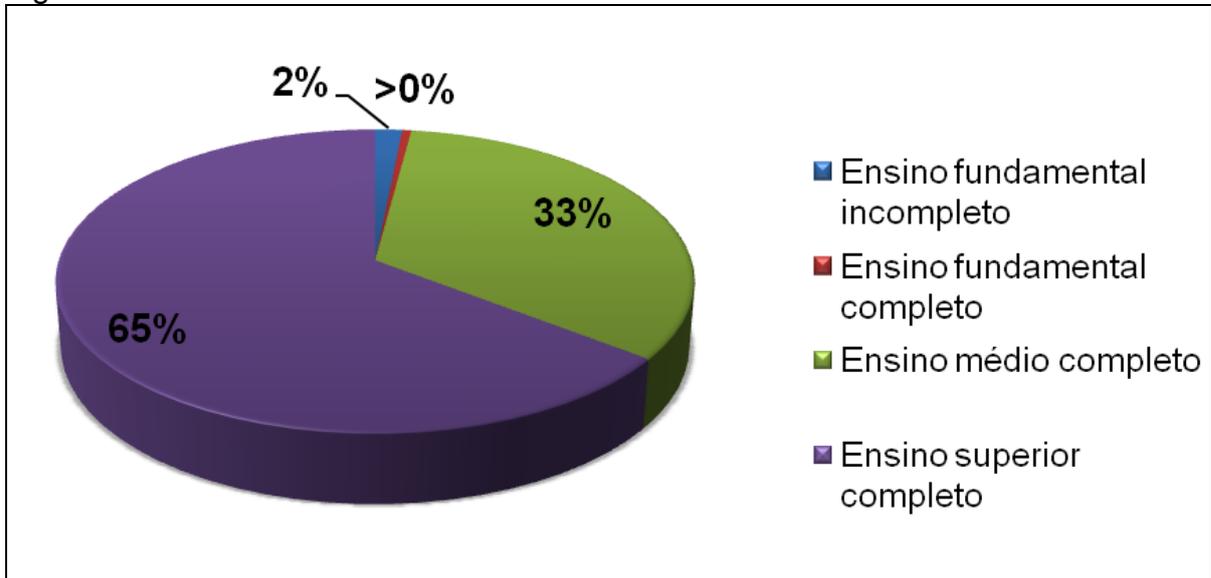
4.2.3 Nível de escolaridade do responsável

Percebe-se no cenário de mercado financeiro, que a evolução das empresas é fortemente impulsionada pela escolaridade de seus administradores. Logo, a importância de conhecer o nível de escolaridade dos mesmos.

Os responsáveis foram classificados de acordo com os seguintes níveis de escolaridade: a) ensino fundamental incompleto, b) ensino fundamental completo, c) ensino médio completo e d) ensino superior completo.

A figura 9 apresenta a escolaridade dos responsáveis pela área financeira.

Figura 9: Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos responsáveis pelo gerenciamento empresarial tem ensino superior completo (64,58%), seguido por aqueles com ensino médio completo (33,33%).

Isso demonstra que, para o comando da área financeira de uma instituição, é preciso buscar qualificação profissional através de uma formação superior. Dessa forma, aumentando as possibilidades de melhor embasamento teórico e técnico na tomada de decisões financeiras.

Dentre os cursos de graduação, as áreas referentes as Ciências Sociais Aplicadas predominam como curso escolhido pelos empreendedores, principalmente Administração (28,65%) e Ciências Contábeis (20,83%), que possuem vasta parte de sua grade curricular voltada a formação de indivíduos com interesse em gerenciamento empresarial.

4.3 ASPECTOS DA GESTÃO FINANCEIRA

Nessa seção são apresentados aspectos da gestão financeira, tais como: funções financeiras existentes, elementos de gestão de contas a receber, elementos de gestão de contas a pagar, elementos de gestão de tesouraria, gestão de investimentos, gestão de empréstimos e gestão de financiamentos.

4.3.1 Funções financeiras

Quando existe setor financeiro específico na organização, ele pode ser formado por 1 (um) ou vários funcionários, dependendo das necessidades, objetivos e porte da empresa.

Diferente do que acontece nas micro e pequenas empresas, onde o administrador é encarregado de gerir os cargos financeiros cabíveis ao diretor, gerente, supervisor, assistente, auxiliar, entre outros, assumindo diversas funções, nas grandes instituições, essas tarefas devem conter um responsável com objetivos claros a serem alcançados a curto, médio e longo prazo, e que visem a gestão empresarial e a solução de problemas ligados ao controle financeiro.

A Tabela 1 exibe as funções financeiras estabelecidas nas empresas pesquisadas.

Tabela 1: Funções Financeiras

Porte	Funções Financeiras							
	SF	DF	GF	SP	AF	AX	TE	NA
Grande	3	13	12	10	13	13	18	0
Média	2	18	30	13	10	26	27	4
Pequena	3	11	27	6	9	16	23	20
Micro	2	6	8	1	0	1	6	22
Total	10	48	77	30	32	56	74	46

Legenda: SF-Superintendente Financeiro; DF-Diretor Financeiro; GF- Gerente Financeiro; SP-Supervisor Financeiro; AF-Assistente Financeiro; AX-Auxiliar Financeiro; TE- Tesoureiro; NA- Não se aplica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Das 192 empresas pesquisadas, as principais funções utilizadas na estrutura organizacional, são: Gerente Financeiro (77 cargos), Tesoureiro (74 cargos) e Auxiliar Financeiro (56 cargos).

O termo gerente financeiro se sobressai aos demais, pois essa é uma função frequentemente utilizada quando a empresa deseja que as finanças tenham um controle diário, não tendo que planejar metas de longo prazo e tomar decisões referentes a diversos setores, como acontece normalmente com os diretores financeiros.

Percebe-se que nas grandes e médias empresas há a necessidade de várias funções financeiras para realização das atividades. Por outro lado, nas pequenas e microempresas, como o comando da área é efetuado pelo proprietário e

o volume de transações é menor, têm-se poucas funções financeiras, por isso, as grandes taxas referentes a "NA - Não se aplica" nas micro e pequenas empresas, conforme observado na tabela 1.

4.3.2 Elementos de gestão de contas a receber

O controle de contas a receber de uma organização, deve ser elaborado de modo a fornecer informações referentes as políticas de entrada de recursos, visando a redução de falhas operacionais que possam ocasionar possíveis desvios de capital da instituição ou mesmo a perda de recursos devido o não pagamento por serviços prestados ou bens fornecidos.

A tabela 2 apresenta os principais elementos de gestão de contas a receber.

Tabela 2: Elementos de Gestão de Contas a Receber

Item	Questionário de avaliação do contas a receber	Sim	%	Não	%	Total	%
1	O crédito concedido aos clientes necessita de autorização?	149	77,60	43	22,40	192	100,00
2	Existe autorização para concessão de descontos e/ou dispensa de juros?	144	75,00	48	25,00	192	100,00
3	O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixa por devolução ou perda?	168	87,50	24	12,50	192	100,00
4	Há políticas de controle de duplicatas a receber vencidas e não recebidas?	151	78,65	41	21,35	192	100,00
5	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a receber sem autorização?	109	56,77	83	43,23	192	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a tabela 2, o crédito concedido aos clientes necessita de autorização em 149 empresas (77,60%). Em 144 empresas (75,00%) existem autorizações para concessão de descontos e/ou dispensa de juros. O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixa por devolução ou perda em 168 empresas (87,50%). Há políticas de controles de duplicatas a receber vencidas e não recebidas em 168 empresas (78,65%) e existe a possibilidade de inclusão de compromissos no contas a receber sem autorização em 109 empresas (56,77%).

Evidencia-se, portanto, que no mínimo em 109 (56,77%) das empresas, existe pelo menos uma ferramenta para controle do setor de contas a receber, o que reduz de maneira significativa às perdas de recursos provenientes de falhas administrativas ou possíveis desvios.

Nota-se também, que o responsável pela gestão das contas a receber, tem envolvimento na grande maioria das decisões a serem tomadas neste setor, como descrevem os percentuais encontrados nos itens 1, 2 e 3 da tabela 2.

Entende-se no item 4 da tabela 2, onde 78,65% das empresas afirmaram manter o controle das duplicatas a receber vencidas e não recebidas, a preocupação com a perda de recursos por não pagamento de serviços prestados ou bens vendidos, já que um serviço que não foi pago, teve ao menos certo custo de produção, que deve de alguma maneira ser coberto, seja pela retomada do bem do cliente ou na negociação de novas taxas e formas de pagamento.

4.3.3 Elementos de gestão de contas a pagar

Os gastos referentes a aquisição de um bem ou serviço, além de serem considerados como um crédito provido pelo vendedor, que deverá ser posteriormente onerado, fazem parte da gestão do setor de contas a pagar, assim como outros gastos, portanto devem ser controlados o mais eficientemente possível.

A tabela 3 mostra os principais elementos de gestão de contas a pagar.

Tabela 3: Elementos de Gestão de Contas a Pagar

Item	Questionário de avaliação do contas a pagar	sim	%	Não	%	Total	%
1	Há revisão e autorização dos pagamentos?	174	90,63	18	9,38	192	100,00
2	O responsável pelo contas a pagar tem autorização para baixar por devolução?	179	93,23	13	6,77	192	100,00
3	Há controle de pagamentos para evitar atrasos?	153	79,69	39	20,31	192	100,00
4	Há políticas para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?	90	46,88	102	53,13	192	100,00
5	Há possibilidades de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização	56	29,17	136	70,83	192	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se que em 174 empresas (90,63%), há revisão e autorização dos pagamentos. O responsável pelas contas a pagar tem autorização para baixar por devolução em 179 empresas (93,23%) delas. O controle de pagamentos para evitar atrasos é efetuado em 153 empresas (79,69%). Há políticas para duplicatas a pagar vencidas e não pagas em 90 empresas (46,88%). Em 56 empresas (29,17%) há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização.

Os itens 1, 2 e 3 da tabela 3, mostram que a maioria das empresas tem controles adequados de gestão de contas a pagar. Entretanto, o item 4 da tabela 3, é o que apresenta maior fragilidade de gestão, pois em muitas empresas não há

políticas para os títulos em atraso, o que aumenta gastos desnecessários sobre juros e multas incidentes nas parcelas a serem quitadas.

Vale ressaltar também, o item 5 da tabela 3, que trata da inclusão de compromissos no contas a pagar, onde observa-se que em 70,83% das empresas, existe a necessidade de autorização do responsável para que haja pagamentos fora dos anteriormente estipulados pela organização, o que evita gastos não projetados e que possam ocasionar de alguma maneira fissuras financeiras.

4.3.4 Elementos de gestão de tesouraria

A gestão de tesouraria é responsável pela movimentação de entradas e saídas do caixa da organização, e os resultados obtidos com o uso dessa ferramenta, cria parâmetros para a tomada de decisões de curto e longo prazo, através da análise do "fluxo de caixa".

A tabela 4 apresenta os principais elementos de gestão de tesouraria.

Tabela 4: Elementos de Gestão de Tesouraria

Item	Questionário de avaliação da tesouraria	sim	%	Não	%	Total	%
1	Há controle do fluxo de caixa?	179	93,23	13	6,77	192	100,00
2	Existem projeções de entradas e saídas de curto prazo? (orçamento de caixa)	147	76,56	45	23,44	192	100,00
3	Existem projeções de entradas e saídas de longo prazo? (orçamento de caixa)	126	65,63	66	34,38	192	100,00
4	Há controle entre o fluxo de caixa orçado e realizado?	124	64,58	68	35,42	192	100,00
5	O responsável pelo caixa/banco também é responsável pela conciliação contábil?	115	59,90	77	40,10	192	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à gestão de tesouraria, 179 empresas (93,23%) realizam o controle de fluxo de caixa; 147 empresas (76,56%) fazem projeções de entradas e saídas de curto prazo, enquanto 126 empresas (65,34%) efetuam projeções de entradas e saídas de longo prazo. Em 124 empresas (64,58%) há controle entre o fluxo de caixa orçado e realizado e em 115 empresas (59,90%), o responsável pelo caixa/bancos também é responsável pela conciliação contábil.

Compreende-se então, que de todos os aspectos relacionados ao gerenciamento financeiro de uma organização, o controle do "fluxo de caixa" é considerado primordial para que sejam identificadas as faltas ou sobras de recursos,

sabendo disso, observa-se no item 1 da tabela 4, a importância que os responsáveis pela gestão financeira das organizações despendem para este controle.

Com relação aos itens 2 e 3 da tabela 4, que tratam de projeções e orçamento de caixa, onde 23,44% não projetam entradas e saídas de curto prazo e 34,38% entradas e saídas de longo prazo, entende-se que estas organizações provavelmente tem dificuldades em manter as políticas de investimento e financiamento, o que de certa forma prejudica a tomada de decisões e o estabelecimento de metas que visem o crescimento da empresa.

Embora ainda não seja alarmante, os valores referentes ao item 4 da tabela 4, demonstram que 35,42% das empresas pesquisadas, não tem controle sobre o fluxo de caixa orçado e realizado, o que pode acarretar diferenças no sistema financeiro interno.

O item 5 desta mesma tabela, demonstra que em algumas empresas (40,10%) delas, existem colaboradores diferentes com responsabilidades diferentes em cada setor, o que de certa forma, fortalece o controle financeiro, pois evita a sobrecarga de tarefas e aumenta o foco dos responsáveis por cada atividade. Entretanto, sabe-se que a defasagem de informações entre indivíduos de um mesmo departamento, acarreta em alguns casos divergências com relação as metas e controles, por isso, 59,90% das empresas, optam por utilizar apenas um responsável por estes setores.

Logo, as organizações percebem que o controle de caixa é fundamental para a administração dos negócios e que o planejamento de ações de curto e longo prazo orienta a tomada de decisão.

4.3.5 Gestão de investimentos

Decisões referentes as aplicações de sobras de recursos, independentemente do modelo escolhido, apresentam certo grau de risco, entretanto, são um meio de aumentar rendimentos.

A tabela 5 evidencia os tipos de investimentos utilizados pelas empresas da região.

Tabela 5: Investimento

Tipos de Investimentos	Sim	%	Não	%	Total	%
Caderneta de Poupança - PJ	13	6,77	179	93,23	192	100,00
Renda Fixa (CDB, RDB, Públicos)	45	23,43	147	76,57	192	100,00
Renda Variável (Ações)	7	3,64	185	96,36	192	100,00
Fundo de Investimentos	19	9,89	173	90,11	192	100,00
Outros Investimentos	4	2,08	188	97,92	192	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados apontam que a maioria das empresas não aplica recursos no mercado financeiro. Já as empresas que aplicam, investem recursos em títulos de Renda Fixa, modalidade que é considerada conservadora e permite uma análise do valor que será retornado a empresa no final do período.

4.3.6 Empréstimos

Os empréstimos são recursos captados para financiar as atividades operacionais.

A tabela 6 mostra as modalidades de empréstimos utilizados pelas empresas.

Tabela 6: Empréstimos

Tipos de Empréstimos	Sim	%	Não	%	Total	%
Cheque Especial - PJ	20	10,41	172	89,59	192	100,00
Desconto Duplicata/Nota Promissória	34	17,70	158	82,29	192	100,00
Capital de Giro	50	26,04	142	73,96	192	100,00
Empréstimo de Curto Prazo	46	23,96	146	76,04	192	100,00
Conta Garantida	31	16,15	161	83,85	192	100,00
Outros tipos de Empréstimos	16	8,33	176	91,67	192	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Das empresas pesquisadas e que realizaram algum tipo de empréstimo, identificou-se que as principais modalidades são: Capital de Giro (26,04%) e Empréstimos de Curto Prazo (23,95%). Tais modalidades são operações financeiras de curto prazo, visando dar suporte as atividades operacionais do dia a dia das empresas, como por exemplo: pagar fornecedores, impostos, salários entre outros compromissos.

4.3.7 Financiamentos

Os financiamentos são recursos captados com o objetivo de compras de bens duráveis para as empresas.

A tabela 7 demonstra as modalidades de financiamentos utilizados pelas empresas.

Tabela 7: Financiamentos

Modelos de Financiamento	Sim	%	Não	%	Total	%
Financiamento/leasing de veículos	59	30,73	133	69,27	192	100
Financiamento/leasing de máq. e equip.	42	21,87	150	78,13	192	100
Financiamento/leasing de instalações físicas	10	5,21	182	94,79	192	100
Outro tipo de financiamento/leasing	1	0,05	191	99,95	192	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Das empresas investigadas e que realizaram algum tipo de financiamento, identificou-se que as principais modalidades são: financiamento de Veículos (30,79%) e de Máquinas e Equipamentos (21,87%). Observa-se que estes bens são fundamentais para o funcionamento das organizações.

4.3.8 Fontes de Captação

O mercado financeiro proporciona diversas instituições financeiras para a captação de recursos, de acordo com as necessidades de cada organização. Para o gestor empresarial, cabe a avaliação da que oferece as melhores alternativas para o aumento de capital. Na tabela 8, apresentam-se as fontes de captação mais utilizadas pelos empreendedores.

Tabela 8: Fontes de Captação

Fontes de Captação de Recursos	Sim	%	Não	%	Total	%
Empresas de Factoring	14	7,29	178	92,71	192	100,00
Bancos de Investimentos	7	3,65	185	96,35	192	100,00
Bancos Múltiplos/Comerciais	133	69,27	59	30,73	192	100,00
Bancos de Desenvolvimento	58	30,21	134	69,79	192	100,00
Bancos Cooperativos	30	15,62	162	84,38	192	100,00
Sociedades de Arrendamento Mercantil	22	11,46	170	88,54	192	100,00
Sociedades de Crédito	8	4,17	184	95,83	192	100,00
Outra fonte	12	6,25	180	93,75	192	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Destacam-se como principais fontes de recursos para as empresas os Bancos Múltiplos/Comerciais (69,27%) e Bancos de Desenvolvimento (30,20%). Os Bancos Múltiplos/Comerciais são instituições que oferecem uma série de modalidades de empréstimos e financiamentos tanto de curto e longo prazo, por isso prevalecem em relação as demais instituições. Os Bancos de Desenvolvimento são responsáveis pelo financiamento de bens duráveis, logo seu papel é proporcionar recursos para que as empresas consigam investir na capacidade produtiva, no atendimento de clientes, e criação de novos produtos e serviços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Controlar operações voltadas ao emprego dos recursos empresariais, através da utilização de ferramentas administrativas financeiras, reduz os riscos referentes a tomada de decisões organizacionais, pois determinam de maneira precisa os gastos e ganhos de curto e longo prazo.

Logo, ainda que as empresas sobrevivam durante um tempo no mercado competitivo sem um setor responsável pela gestão financeira, as chances de encontrar soluções eficientes para captação de recursos são praticamente nulas, pois falhas de caixa e erros administrativos são uma constante quando não há uma adequada gestão financeira.

Dessa forma, ao conhecer os modelos implantados pela organização na busca pela maximização dos lucros dos proprietários e os instrumentos responsáveis pela entrada e saída de recursos, que formam a base dos dados necessários para o alcance do objetivo geral da pesquisa, identificou-se as características administrativas das empresas vinculadas à AMREC.

Em uma primeira avaliação, concluiu-se que 75% das empresas optam por segurança organizacional ao dividir as tarefas entre sócios, por isso atuam com a natureza jurídica LTDA. Verificou-se também a distribuição equilibrada quanto ao segmentos de atuação (comércio, indústria e serviços), e que empresas de pequeno porte são maioria. Além disso, destaca-se que em torno de 51% estão localizadas na cidade de Criciúma, que possui maior alcance logístico dentro da AMREC.

Com relação ao perfil dos responsáveis pelo comando da área financeira, pode-se concluir que 52,60% das empresas, possui o sócio/proprietário como administrador deste setor, já que em sua maioria são de pequeno porte, forçando-os a atuar em vários departamentos. Observou-se também que grande parte dos administradores financeiros são do gênero masculino (69,79%). Outro aspecto importante a ser destacado é a quantidade de gestores com formação superior (64,58%) e destes, (28,65%) cursaram administração, enquanto (20,83%) ciências contábeis, ambas com matérias ligadas ao controle administrativo financeiro em sua grade curricular.

Ao analisarmos aspectos relacionados a gestão financeira dos empreendimentos, verificou-se que das 192 empresas pesquisadas, 46 não possuem setor financeiro específico ou um termo que denomina o responsável por

este setor, pois são de micro e pequeno porte, e neste caso, o proprietário/empreendedor assume diversas funções, inclusive a administração financeira. Com relação as demais, os termos mais utilizados são: Gerente Financeiro (77 cargos ocupados) e Tesoureiro (74 cargos ocupados). Notou-se também a existência de pelo menos uma ferramenta ligada ao controle de contas a receber e de contas a pagar em 56,77% e 46,88% respectivamente, o que reduz falhas ligadas a gestão dos recursos financeiros.

Observou-se também, que 93,23% das empresas pesquisadas, de alguma maneira controlam o fluxo de caixa, principal ferramenta para a organização que deseja alcançar as metas estipuladas e evitar desvios de recursos financeiros.

Com a análise dos dados coletados, é difícil prever e garantir o sucesso das instituições no ramo em que atuam, mas é possível perceber o interesse das empresas em controlar os aspectos relacionados as características da gestão financeira. Evidentemente, nota-se que nem todas organizações pertencentes a AMREC contam com setores específicos para gerir seus recursos, entretanto, a grande maioria das entrevistadas mantém análise financeira diária de todas as operações.

Ao identificar os controles e ações de cada área de uma organização e avaliar as contribuições que estas ferramentas podem oferecer para a estrutura, torna-se facilitada a organização lógica do departamento em questão e o alcance dos objetivos propostos. Sendo assim, conhecendo as características da própria área administrativa financeira, aumenta-se a possibilidade da melhor tomada de decisão, através do esclarecimento de quanto e como os recursos estão sendo utilizados.

Outra contribuição do tema ao objeto de estudo, demonstrou que a possibilidade de evolução da organização é fortemente ligada ao nível de escolaridade e a área de formação superior dos responsáveis pelo setor financeiro da empresa.

Por fim, o controle financeiro de uma instituição, embora tome de seus gestores parte considerável do tempo, deve ser algo condicionado ao dia a dia empresarial, já que se feito de maneira correta, garante o controle dos recursos, não apenas reduzindo, mas prevenindo as falhas e distorções de caixa que resultam nas perdas financeiras.

Como sugestão, implantar o estudo em outras regiões do Estado de Santa Catarina e apresentar os resultados obtidos aos empresários de cada região. Além disso, realizar a análise dos dados relacionados aos aspectos do mercado financeiro, utilizando como vínculo de análise, o porte da empresa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação** noções práticas. São Paulo: Ed. Atlas, 1995. 118 p.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3. ed São Paulo: Atlas, 2007. 716p.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 302 p.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA - AMREC. Criciúma, 2012. Disponível em: <<http://www.amrec.com.br> > Acessado em 12 Out. 2013.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995. 408 p.
- BRASIL. Lei Complementar n. 139, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp139.htm#art5>. Acessado em 02 fev. 2013.
- BREALEY, Richard A; MYERS, Stewart C. **Princípios de finanças empresariais**. 3 ed. Portugal: Ed. McGraw-Hill, 1992.
- BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira: teoria e prática**. São Paulo: Thomson, 2006. 1044 p.
- BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. 713 p.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed São Paulo: Prentice Hall, 2007. 162 p.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000. 222 p.
- FARIAS, Emílio E. Volz. **Matemática financeira aplicada: aplicada às operações do mercado financeiro, com utilização da calculadora HP12C**. Santa Maria: Ed. do autor, 2002. 264 p.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 812 p.
- GAMA, Renata; MOURA, Guimaro; OLIVEIRA, Osmar Francisco de. **Planejamento financeiro como estratégia para a obtenção de resultados nas empresas – um estudo de caso**. In: Seminários de Administração da FEA/USP – SEMEAD, 10. 2007, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004. 745 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Caderno de informações socioeconômicas da AMREC: séries históricas**. Criciúma, SC: UNESC, 2004. 31 p.

GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 2.ed São Paulo: Ed. Saraiva, 2002. 496 p.

HOJI, Masakazu. . **Administração financeira: uma abordagem prática**: matemática financeira aplicada, estratégia financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. São Paulo: Atlas, 1999. 428 p.

KRAUTER, Elizabeth; FAMÁ Rubens. **Um estudo sobre a evolução da função financeira da empresa**. SEMEAD. VIII – Seminário em administração FEA- USP. São Paulo, 2005.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras aplicações e casos nacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 603 p.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe. **Curso de mercado financeiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xxi, 417 p.

LONGENECKER, Justin Gooderl,; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William, . **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1998. 868 p.

MACHADO, Márcio André Veras; BARRETO, Kelly Nayane Brilhante. **Decisões Financeiras de Curto Prazo das Pequenas e Médias Empresas Industriais: um estudo exploratório**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2010.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 222p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 134 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118 p.

MERCHEDE, Alberto. **Matemática Financeira**: para usuários do Excel e da calculadora HP-12C. São Paulo: Atlas, 2001. 426 p.

- MILONE, Giuseppe. **Matemática financeira**. São Paulo: Thomson, 2006. xiv, 377 p.
- PACHECO, Marcelo Marques; OLIVEIRA, Gilson Alves de. **Mercado Financeiro**, 1 ed. São Paulo: Fundamento, 2005. 292 p.
- PINHEIRO, José Maurício. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. XV, 161 p.
- PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais : fundamentos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 362 p.
- REIS, Carlos Donato; VITTORATO NETO, José. **Manual de gestão e programação financeira de pagamentos (incluindo abordagem de organização, sistemas e métodos)**. São Paulo: edicta, 2000. 403 p.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. . **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. . **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl São Paulo: Atlas, 1999. 334p.
- ROSS, Stephen A.; JAFFE, Jeffrey F.; WESTERFIELD, Randolph. **Administração financeira: corporate finance**. São Paulo: Atlas, 2002. 776 p.
- ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D. **Princípios da administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000. 523 p.
- SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira; FAMÁ, Rubens. **A evolução da função financeira**. In: Seminários de Administração da FEA/USP – SEMEAD, 9., 2006, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 2006.
- SAMANEZ, Carlos Patricio. **Matemática financeira**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. 286 p.
- SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001. 252 p.
- SANTOS, Lucas Maia dos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FARIA, Evandro Rodrigues de. . **Gestão Financeira de Curto Prazo: Características, Instrumentos e Práticas Adotadas por Micro e Pequenas Empresas**. Revista de administração da UNIMEP, V. 7, n.3, Setembro / Dezembro, 2009.
- SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed São Paulo: Atlas, 1987. 283 p.
- SEBRAE. . **10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. São Paulo: SEBRAE, 2008. 111 p.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 552 p.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 421 p.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com ênfase em produtos bancários**. São Paulo: Atlas, 2003. 370 p.

VAN HORNE, James C. **Política e administração financeira**. Rio de Janeiro: LTC, 1974-1979. XVI 2 v.

WERNKE, Rodney. **Gestão Financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008. 367 p.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
Curso de Ciências Contábeis



Prezado(a) Senhor(a)

Estamos solicitando sua colaboração para responder as questões abaixo, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento desta Pesquisa, cujo objetivo consiste em investigar **“O Perfil da Área Financeira nas Organizações da Região Sul de Santa Catarina”**. Esta pesquisa é coordenada pelo professor Cleyton de Oliveira Ritta.

Desde já contamos com sua colaboração e manifestamos os nossos sinceros agradecimentos pela sua participação. Informamos que os dados coletados serão tratados com o sigilo próprio de um trabalho científico.

Atenciosamente,

Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta

QUESTIONÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome Empresarial:	
Setor de Atuação: () Indústria - () Comércio - () Prestação de Serviços	
Natureza Jurídica: () SA - () LTDA - () EIRELI - () Empresário Individual - () Outros: _____	
Porte da Organização: () Grande - () Média - () Pequena - () Micro	
Cidade:	

2. PERFIL DO RESPONSÁVEL PELO COMANDO DA ÁREA FINANCEIRA NA ORGANIZAÇÃO

Gênero:	() Masculino	() Feminino	
Escolaridade:	() Fundamental Completo	() Médio Completo	() Superior Completo
	() Fundamental Incompleto	() Médio Incompleto	() Superior Incompleto
Formação Escolar Superior	() Não Possui	() Possui – Qual?: _____	
Cargo que ocupa:	() Proprietário/Sócio	() Supervisor/Coordenador Financeiro	
	() Diretor Financeiro	() Tesoureiro	
	() Gerente Financeiro	() Outro. Qual?: _____	

3. PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA ORGANIZAÇÃO

3.1 A organização possui setor financeiro **específico** na estrutura organizacional?

() Sim () Não

3.2 A estrutura organizacional possui as seguintes **funções financeiras** (múltipla escolha):

- () Superintendente Financeiro
- () Diretor Financeiro
- () Gerente Financeiro
- () Supervisor/Coordenador Financeiro
- () Assistente Financeiro
- () Auxiliar Financeiro
- () Tesoureiro
- () Não se aplica

3.3 O **responsável pelo comando** da área financeira tem a seguinte característica:

- () é o proprietário/sócio da organização.
 () possui grau de parentesco com os proprietários/sócios.
 () é um profissional independente (sem grau de parentesco).

4. CONTAS A RECEBER

Questionário de Avaliação do Contas a Receber		Organização	
		Sim	Não
4.1	O crédito concedido aos clientes necessita de autorização?		
4.2	Existe autorização para concessão de descontos e/ou dispensa de juros para os clientes?		
4.3	Há políticas de controles de duplicatas a receber vencidas e não recebidas?		
4.4	Os recebimentos de contas a receber são efetuados diretamente na conta caixa/bancos?		
4.5	Há procedimentos de segurança (cofre) no caso de recebimento por meio de cheques?		

5. CONTAS A PAGAR

Questionário de Avaliação do Contas a Pagar		Organização	
		Sim	Não
5.1	Há revisão e autorização dos pagamentos?		
5.2	Há meios de controle de pagamentos para evitar atrasos?		
5.3	Há políticas para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?		
5.4	Existem duas assinaturas escritas ou eletrônicas para efetuar os pagamentos?		
5.5	Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?		

6. TESOURARIA

Questionário de Avaliação da Tesouraria		Organização	
		Sim	Não
6.1	Há controle do movimento de caixa?		
6.2	Existem projeções de entradas e saídas de curto prazo? (orçamento de caixa)		
6.3	Existem projeções de entradas e saídas de longo prazo? (orçamento de caixa)		
6.4	Há controle entre o fluxo de caixa orçado e realizado?		
6.5	Há planejamento financeiro com políticas de investimentos e de empréstimos/financiamentos?		

7. INVESTIMENTOS

7.1 A organização possui investimentos no mercado financeiro?

- () Sim () Não

7.2) Caso a resposta acima seja afirmativa, **as principais** modalidades de investimentos são (múltipla escolha):

- () Caderneta de Poupança – PJ () Renda Fixa (CDB, RDB, Públicos)
 () Renda Variável (Ações) () Fundos de Investimentos
 () Outro tipo de investimento. Qual? _____

8. EMPRÉSTIMOS

8.1 A empresa possui empréstimos no mercado financeiro?

- () Sim () Não

8.2 Caso a resposta acima seja afirmativa, **as principais** modalidades de empréstimos são (múltipla escolha):

- () Cheque Especial – PJ () Descontos de Duplicatas/Cheques/Notas Promissórias
 () Capital de Giro () Empréstimos de curto prazo
 () Conta Garantida () Outro tipo de empréstimo. Qual? _____

9. FINANCIAMENTOS/LEASING

9.1 A empresa possui financiamentos/leasing no mercado financeiro?

- () Sim () Não

9.2 Caso a resposta acima seja afirmativa, **as principais** modalidades de financiamentos/*leasing* são (múltipla escolha):

- Financiamento/*leasing* de veículos
- Financiamento/*leasing* de máquinas e equipamentos
- Financiamento/*leasing* de instalações físicas (imóvel, reforma, ampliação, etc.)
- Outro tipo de financiamento/*leasing*. Qual? _____

10. FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

10.1 Quais são **as principais** instituições financeiras que financiam bens ou recursos financeiros para a organização?

- Empresas de *Factoring*
- Bancos de Investimentos
- Bancos Múltiplos/Comerciais (Ex.: Brasil, Bradesco, CEF etc.)
- Bancos de Desenvolvimento (Ex.: BNDES, BRDE, BADESC, etc.)
- Bancos Cooperativos/Cooperativas de Crédito (Ex.: BANCOOB, SICRED etc.)
- Sociedades de Arrendamento Mercantil/*Leasing* (E.: Itaú Leasing, Santander Leasing etc.)
- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos/Financeiras (Ex.: BV Financeira, BMG Financeira etc.)
- Outra fonte. Qual? _____

Ass. Respondente/Nome:

Ass. Aluno Pesquisador/Nome: